

DIÁLOGO GLOBAL 6.1

4 edições por ano em 16 idiomas

A política das mudanças climáticas

Herbert Docena

A democracia violenta na África do Sul

Karl von Holdt

A economia solidária

Paul Singer

A alternativa cooperativa

- > a mais antiga cooperativa de trabalhadores da Índia
- > As Cooperativas Mondragon
- > O movimento anti-intermediários na Grécia
- > Empresas recuperadas na Argentina
- > O fim do mundo ou o fim do capitalismo?

Extrativismo capitalista na América Latina

- > Contestando o neo-extrativismo
- > Extrativismo vs. *Buen Vivir* no Equador
- > Luta pelos bens comuns no México
- > O novo extrativismo na Argentina

Em memória

- > Vladimir Yadov (1929-2015)

REVISTA



International
Sociological
Association



VOLUME 6 / EDIÇÃO 1 / MARÇO DE 2016
www.isa-sociology.org/global-dialogue/

DG



O meio ambiente e a democracia violenta

Quando cientistas discutem mudanças climáticas eles o fazem com terríveis advertências sobre as consequências catastróficas do aumento das temperaturas na atmosfera da Terra – inundações, tufões, derretimento de geleiras e destruição indiscriminada de comunidades. Quando dão atenção às políticas sobre mudanças climáticas, os cientistas se centram na negação da mudança climática e em seus poderosos apoiadores ou, então, no fracasso dos movimentos populares. Mas as lutas entre as elites globais são, muitas vezes, negligenciadas. Durante os últimos quatro anos, Herbert Docena vem escrevendo para a *Diálogo Global* sobre a *Convenção Básica Anual das Nações Unidas sobre Mudança Climática*. Escrevendo da mais recente reunião em Paris (30 de novembro a 11 de dezembro de 2015), ele aponta para as mudanças no que tange às alianças, tendo em vista que os reformadores da elite desistiram de tentar moderar os poderes conservadores que dominam as salas de conferência. Em vez disso, procuraram potenciais aliados entre os mais radicais reunidos nas ruas. Ainda assim, para além de devotas promessas, há poucos sinais em Paris de quaisquer avanços sérios em direção a salvar o mundo.

Nesta edição, apresentamos uma entrevista com Karl von Holdt – veterano do movimento anti-Apartheid e sociólogo de ponta. Ele relata a Alf Nilsen sua pesquisa sobre “democracia violenta” na África do Sul e as lutas urbanas que ela engendra em torno da prestação de serviços. Isso é seguido por incontáveis outros tipos de violência. Maristella Svampa e seus colegas descrevem a nova economia extrativista que assola a América Latina. Megaprojetos, desde a mineração e o petróleo até o agronegócio de produção de soja – estimulados pelo apetite insaciável da economia em expansão na China –, são realizados por multinacionais sedentas por lucros e incentivados pelos estados com escassez de fundos. Relatórios de Argentina, México e Equador mostram como esses projetos se depararam com a intensa oposição dos movimentos sociais, que procuram proteger suas terras, a água e o ar.

Também publicamos seis artigos sobre cooperativas da Índia, Grécia, Espanha e Argentina – como sobrevivem e a que custos. As cooperativas são uma alternativa ao capitalismo ou, então, como argumenta Leslie Sklair, uma adaptação ao sistema capitalista? Sem dúvida, um dos grandes teóricos e praticantes do movimento cooperativo é o notável Paul Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária no governo brasileiro. Como fica evidente na entrevista conduzida para a *Diálogo Global*, Singer não é nenhum profeta sonhador – para ele, as cooperativas são um meio real de sustentar uma vida de subsistência para os pobres.

Finalmente, temos cinco homenagens a Vladimir Yadov, falecido no ano passado – um dos pioneiros mais corajosos da sociologia soviética que, habilmente, forçou os limites da ordem soviética. Yadov manteve-se um jogador chave nos debates sobre sociologia pós-soviética. Ao longo de sua carreira, ele foi um internacionalista aguçado, atuando como Vice-Presidente da ISA, no período de 1990-1994. Muito amado por alunos e colegas, sua morte é profundamente lamentada.

Com esta edição, Juan Piovani irá assumir a direção da tradução para o espanhol da *Global Dialogue* de María José Álvarez. Damos as boas-vindas a Juan e agradecemos a Majo e sua equipe por esses quatro anos de dedicado serviço.

> **A *Diálogo Global* pode ser encontrada em 16 idiomas no [website da ISA](#)**

> **Submissões devem ser enviadas a burawoy@berkeley.edu**



Herbert Docena, observador das negociações sobre mudanças climáticas, analisa a evolução das alianças globais políticos na cúpula de Paris.



Karl von Holdt, acadêmico e ativista, oferece uma análise das dinâmicas políticas de protesto na África do Sul.



Paul Singer, acadêmico, político e intelectual público, narra a história de pioneirismo da teoria e prática da Economia Solidária no Brasil.



A *Diálogo Global* é possível graças à generosa contribuição da **SAGE Publications.**

> Editorial

Editor: Michael Burawoy.
Editor Associado: Gay Seidman.
Editores Executivos: Lola Busuttil, August Bagà.
Conselho Editorial: Margaret Abraham, Markus Schulz, Sari Hanafi, Vineeta Sinha, Benjamin Tejerina, Rosemary Barbaret, Izabela Barlinska, Dilek Cindoğlu, Filomin Gutierrez, John Holmwood, Guillermina Jasso, Kalpana Kannabiran, Marina Kurkchiyan, Simon Mapadimeng, Abdul-mumin Sa'ad, Ayse Saktanber, Celi Scalón, Sawako Shirahase, Grazyna Skapska, Evangelia Tastsoglou, Chin-Chun Yi, Elena Zdravomyslova.
Editores Regionais
Mundo Árabe: Sari Hanafi, Mounir Saidani.
Argentina: Juan Ignacio Piovani, Pilar Pi Puig, Martín Urtasun.
Brasil: Gustavo Taniguti, Andreza Galli, Ângelo Martins Júnior, Lucas Amaral, Rafael de Souza, Benno Alves, Julio Davies.
Índia: Ishwar Modi, Rajiv Gupta, Rashmi Jain, Jyoti Sidana, Pragma Sharma, Nidhi Bansal, Pankaj Bhatnagar.
Indonésia: Kamanto Sunarto, Hari Nugroho, Lucia Ratih Kusumadewi, Fina Itriati, Indera Ratna Irawati Pattinasarany, Benedictus Hari Juliawan, Mohamad Shohibuddin, Dominggus Elcid Li, Antonius Ario Seto Hardjana.
Irã: Reyhaneh Javadi, Abdolkarim Bastani, Niayesh Dolati, Saeed Nowroozi, Vahid Lenjanzade.
Japão: Satomi Yamamoto, Hikari Kubota, Shuhei Matsuo, Yutaro Shimokawa, Masaki Yokota.
Casaquistão: Aigul Zabirowa, Bayan Smagambet, Adil Rodionov, Gani Madi, Almash Tlespayeva, Almas Rakhimbayev.
Polónia: Jakub Barszczewski, Ewa Cichocka, Mariusz Finkielsztejn, Krzysztof Gubański, Kinga Jakiela, Justyna Kościńska, Martyna Maciuch, Mikołaj Mierzejewski, Karolina Mikołajewska-Zajac, Adam Müller, Patrycja Pendrakowska, Zofia Penza, Teresa Teleżyńska, Anna Wandzel, Justyna Zielińska, Jacek Zych.
Romênia: Cosima Rughiniş, Corina Brăgaru, Roxana Alionte, Costinel Anuţa, Ruxandra Iordache, Mihai-Bogdan Marian, Ramona Marinache, Anca Mihai, Adelina Moroşanu, Rareş-Mihai Muşat, Marian Valentin Năstase, Oana-Elena Negrea, Daniel Popa, Diana Tihan, Elisabeta Toma, Elena Tudor, Carmen Voinea.
Rússia: Elena Zdravomyslova, Anna Kadnikova, Asja Voronkova.
Taiwan: Jing-Mao Ho.
Turquia: Gül Çorbacioğlu, Irmak Evren.
Consultor de mídia: Gustavo Taniguti.
Consultora Editorial: Ana Villarreal.

> Nesta Edição

Editorial: O meio ambiente e a democracia violenta	2
A política das mudanças climáticas Por Herbert Docena, EUA	4
A democracia violenta na África do Sul: uma entrevista com Karl von Holdt Por Alf Nilsen, Noruega	7
> A ALTERNATIVA COOPERATIVA	
A Economia Solidária: uma entrevista com Paul Singer Por Gustavo Taniguti e Renan Dias de Oliveira, Brasil	11
Uralungal: a mais antiga cooperativa de trabalhadores da Índia Por Michelle Williams, África do Sul	14
As Cooperativas Mondragon: sucessos e desafios Por Sharryn Kashmir, EUA	16
O movimento anti-intermediários na Grécia Por Theodoros Rakopoulos, Noruega	18
Fábricas recuperadas na Argentina Por Julián Rebón, Argentina	20
O fim do mundo ou o fim do capitalismo? Por Leslie Sklair, Reino Unido	22
> O EXTRATIVISMO CAPITALISTA NA AMÉRICA LATINA	
Contestando a acumulação neoextrativista na América Latina Por Maristella Svampa, Argentina	24
Extrativismo vs. <i>Buen Vivir</i> no Equador Por William Sacher e Michelle Báez, Equador	26
Luta pelos bens comuns no México Por Mina Lorena Navarro, Mexico	28
O novo extrativismo na Argentina Por Marian Sola Álvarez, Argentina	30
> EM MEMÓRIA: VLADIMIR YADOV (1929-2015)	
Uma vida dedicada à sociologia aberta Por Mikhail Chernysh, Rússia	32
Acadêmico e humanista Por Andrei Alekseev, Rússia	34
Mentor, companheiro e amigo Por Tatyana Protasenko, Rússia	36
Memórias pessoais Por Valentina Uzunova, Rússia	38
Uma figura icônica da sociologia soviética e pós-soviética Por Gevorg Poghosyan, Armênia	39



> A Política das Mudanças Climáticas

Por **Herbert Docena**, Universidade da Califórnia, em Berkeley, EUA, membro do Comitê de Pesquisa da ISA sobre Movimentos Trabalhistas (RC44)



Protesto nas ruas na reunião sobre Alterações Climáticas em Paris. Foto por Herbert Docena.

Para alguns integrantes do movimento pela justiça climática, a linha de batalha na luta global em torno das alterações climáticas é travada ao longo dos muros fortemente protegidos dos locais de reunião da cúpula da ONU onde se discutem as mudanças climáticas: lá fora, “o movimento” ou “o povo” de diferentes países marcham nas ruas exigindo “mudança de sistema, não do clima!”; no interior dos muros, os funcionários dos estados e das corporações lutam para manter o sistema inalterado. É assim que a ativista veterana Rebecca Solnit, ao escrever na véspera da última reunião da cúpula da ONU sobre mudança climática, divide “as pessoas nas ruas de Paris” das “pessoas nas salas de conferência de Le Bourget”. Ela sugere que são as primeiras que, agora, têm “o poder de mudar o mundo”.

Desenhar tais fronteiras entre “as salas de conferência” e “as ruas”, que repercutem por muitas outras, dentro e fora do movimento, é fundamental para entender as tendências na política de mudanças climáticas; mas isso também obscurece as linhas de batalha que se encontram cada vez mais complexas e em mudanças dentro de ambos os lados, impedindo-nos de ver como algumas “pessoas nas salas de

conferência” tentam conquistar as “pessoas nas ruas”, propondo mudar o sistema, a fim de mantê-lo o mesmo.

> A luta nas salas de conferência

Muitos, se não a maioria, dos representantes de estados, empresários e executivos, especialistas e outros atores presentes nas salas de conferência, de fato, têm se mobilizado para impedir que o sistema mude. Defendendo só a competitividade de seu país ou a rentabilidade de sua empresa, eles têm feito oposição constante à regulamentação do capitalismo global no enfrentamento das mudanças climáticas, sendo que muito do que eles têm feito poderia, realmente, ser considerado uma mera “lavagem verde”¹ ou uma especulação de desastre.

Mas nem todos aqueles nos corredores do poder necessariamente têm sido tão míopes. Na verdade, no início dos anos 1970 e 1980, uma seção particular das elites mundiais mobilizou-se para tentar “mudar o sistema” – ainda que para manter sua essência capitalista intacta. Conduzida para contrapor-se a intelectuais, cientistas, escritores ou organizadores mais radicais, que foram com o tempo ganhando um crescente número de adeptos em prol de seu convite para uma mudança radical do sistema ou em favor da abolição do capitalismo – a fim de resolver problemas ecológicos globais, uma rede frouxa e não-unificada de elites de ambos os países desenvolvidos e em desenvolvimento começou a montar uma coalizão para avançar na regulamentação



global mais aprimorada ou por reformas e concessões, pelo menos para gerenciar as contradições ecológicas do capitalismo e, assim, fornecer alguma ajuda para os mais afetados pelo aquecimento global.

Ao propor, no entanto, uma “mudança do sistema, preservando-o”, essas elites reformadoras e os representantes das classes mais baixas que se aproximavam do seu projeto começaram, também, a convencer seus colegas mais conservadores para contra-organizar e bloquear as reformas e concessões propostas. Começando na década de 1980, as divisões entre os reformistas passou a se aprofundar cada vez mais.

Diante de uma oposição conservadora mais organizada e intransigente, alguns reformadores, os quais podemos chamar de reformadores populistas – como o *Fundo de Defesa Ambiental* de Fred Krupp ou o senador Al Gore, dos EUA, e muitos outros funcionários, executivos, chefes de fundação, especialistas ou ativistas de opinião semelhante de outros países desenvolvidos ou em desenvolvimento –, consideraram que eles só poderiam garantir suas reformas e concessões propostas ao apaziguar seus companheiros de elite e construir alianças com eles. Para forjar tais alianças, começaram a patrocinar medidas regulatórias nacionais e globais que se renderam às exigências conservadoras. No cenário mundial, passaram a defender acordos internacionais que culminaram na redução das metas mínimas de emissão de poluentes para os países desenvolvidos, dando-lhes mais “flexibilidade” para alcançar essas metas através de comércio de carbono e outros mecanismos de mercado e liberando-os da obrigação de fornecer transferências financeiras e tecnológicas significativas para os países menos desenvolvidos.

Quando essas concessões ainda não conseguiram apaziguar a resistência conservadora, em 2009 em Copenhague, eles advogaram a ideia de conceder ainda mais o já fragilizado tipo de acordo prometa-o-que-você-quiser – essencialmente, o mesmo tipo de acordo que os conservadores estavam propondo no início de 1990 e que, com algumas pequenas modificações, os governos acabam de aprovar, em Paris.

Porém, outros “de dentro” dos muros sempre foram – ou têm progressivamente se tornado – mais céticos em relação a tal estratégia. Frustrados, porque não fizeram progressos em suas tentativas de mudar o sistema, esses funcionários mais progressistas ou membros de governos, fundações e organizações ambientalistas de países desenvolvidos ou em desenvolvimento têm considerado, cada vez mais, que eles só podem salvar o projeto reformista não se aliando com as elites conservadoras, e sim com as “bases” ou com “as pessoas nas ruas”.

Em uma carta aberta, escrita em 2010, após conservadores derrubarem, novamente, a legislação de compromisso climático proposta por grupos como EDF, o diretor da *1Sky* (e, depois, fundador da *350.org*), Bill McKibben, argumentou:

Temos que dobrar nossos investimentos na construção de movimentos de bases [...]. Nós sentimos fortemente que um longo e prejudicial subinvestimento em uma organização popular severamente afetou nossa capacidade de mover a política para a frente [...]. É claro que esse não é um trabalho que pode ser concluído durante de um dia para o outro – requer anos de trabalho e profundos e pacientes investimentos de tempo e recursos.

Tais argumentos têm se tornado cada vez mais ressonantes em círculos reformistas. Em um estudo de grande circulação, realizado em 2013, encomendado pela Fundação Rockefeller, dos EUA, para diagnosticar por que os ambientalistas continuam falhando na tentativa de aprovar suas propostas, o proeminente sociólogo Theda Skocpol, essencialmente, ecoou a crítica de McKibben e outros das “políticas de dentro” prosseguidas por tais grupos, como o EDF. Skocpol endossou, ainda, a recomendação para que seja construído, em seu lugar, “um amplo movimento popular”.

> Reformadores nas ruas

Alinhados com essa estratégia, desde pelo menos o final dos anos 2000, os reformadores populistas têm “redobrado” seus “investimentos” na “construção de movimentos de base”, gastando mais energia, atenção e recursos no sentido de mobilizar mais ou menos os mesmos grupos que os radicais já vêm organizando por intermédio de seu projeto radical.

Para conquistar esses grupos, os reformadores empenharam-se em adquirir concessões que os radicais, já há algum tempo, têm levado como parte de seu programa “mínimo”. Assim, embora eles não necessariamente se oponham, em princípio, a opções regulatórias baseadas no mercado, como o comércio de carbono, McKibben e outros ativistas do mesmo tipo do Greenpeace e outras organizações ambientalistas apoiaram regulamentações mais diretas e não relacionadas ao mercado, tais como a restrição total à produção de combustíveis fósseis, o que beneficiaria diretamente as comunidades danificadas pelos combustíveis fósseis locais – uma proposta para “mantê-los (petróleo, carvão, gás) no chão”, uma bandeira que, em princípio, foi popularizada por anticapitalistas radicais.

Em geral, eles clamaram por acordos internacionais mais ousados e ambiciosos, com metas mais altas para a redução das emissões em países desenvolvidos, pelo fim total do comércio de carbono ou, então, pelo estreitamento das regras que o rege, e, também, por transferências financeiras e de tecnologia mais significativas para grupos subordinados. Consequentemente, eles em geral se opuseram ao acordo “prometa-o-que-você-quiser” de 2009 em Copenhague e têm sido mais críticos do que outros reformistas a respeito do novo acordo similar, que acabou de ser assinado em Paris.

No entanto, convencidos de que esses acordos ou regulamentações mais ousados não serão alcançados mediante



“parcerias” ou por meio de “lobby” com corporações ou governos para tomar uma “ação climática”, eles romperam com reformistas moderados e dedicaram mais atenção no sentido de organizar parcerias com diversos sujeitos “de fora” – estudantes, trabalhadores, comunidades rurais e outros que foram excluídos (ou se excluíram) dos círculos “internos” – para tomar medidas de maior confronto contra corporações e governos.

Embora ele mesmo evite tomar posições anti-capitalistas, McKibben convidou um autor anti-neoliberal famoso e um revolucionário anti-capitalista de longa data para fazerem parte do conselho da 350.org. Ativistas locais da 350.org se aproximaram e apoiaram as lutas das comunidades de base contra a energia de carvão e outros projetos de energia-suja, não apenas no norte, mas também em países como as Filipinas.

Em Paris, McKibben e outros ativistas da 350.org chegaram até a organizar uma reprodução de um “tribunal popular” em que o “processado” era a gigante petroleira Exxon, acusada de financiar “céticos da mudança climática” e políticos que se opuseram à ação climática. E eles colaboraram, estreitamente, com grupos de ação direta anarquistas ou anti-capitalistas, pressionando, organizando pessoas e contribuindo com recursos para uma ação massiva de desobediência civil no último dia da cúpula, quando outros grupos reformistas mais moderados, de forma nenhuma explícita, opuseram-se ou, apenas discretamente, recusaram-se a investir.

Mas, enquanto eles vão mais longe do que outros reformadores em pressionar por reformas mais radicais, aliando-se a grupos radicais e tomando ações mais claramente de confronto, os reformadores populistas ainda renunciam, constantemente, a ir mais além de uma posição anti-corporativista/neoliberal e rumo a uma postura mais explicitamente anti-capitalista. Por isso, enquanto McKibben e companhia condenam a Exxon em seu “tribunal popular”, eles se abstiveram de seguir outros ativistas que também organizaram seu próprio “tribunal popular” em acusar, não apenas a Exxon, mas todas as corporações e governos que contribuem para a “mudança climática”, perpetuando, com isso, o capitalismo.

De forma similar, os membros da 350.org ajudaram a liderar a ação massiva de desobediência civil durante o último dia da cúpula de Paris. Porém, enquanto outros organizadores explicitamente disseram aos participantes que aqueles que eles estariam confrontando seriam os estados e os capitalistas representados nos distritos empresariais do Arco do Triunfo e de La Défense, os materiais que circularam pela 350.org sugeriam que o principal, se não o único, alvo eram as empresas de combustível fóssil ou os “capitalistas maus”. E, quando, no dia da própria ação, os membros de grupos anarquistas e outros anti-capitalistas, relativamente com poucos integrantes e sub-financiados, trouxeram e levantaram seus próprios cartazes dizendo “Desf*da o sistema” ou “Capitalismo: já era”, os membros mais bem finan-

ciados da 350.org trouxeram um gigante banner, medindo 2x200, onde se podia ler “Parem com os crimes ambientais” e “Mantenha isto no chão” – ambos ofuscando todos os outros cartazes e banners na ação, incluindo a principal faixa que ia à frente: “Mudança de sistema, não do clima!”.

> As ruas divididas

Tais tentativas por parte de uma seção do bloco reformista que exigem ações mais antagônicas contra as elites conservadoras, sem ir tão longe no sentido de realmente desafiar o sistema, tiveram o efeito de aprofundar as divisões entre os radicais. Com os conservadores bloqueando reformas simples que podiam melhorar as condições em comunidades afetadas pelo aquecimento global e com os reformadores populistas aparecendo para enfrentar aqueles que defendem essas reformas, as redes e organizações radicais dividiram-se em dois polos. Com isso, alguns optaram por forjar alianças com reformadores em geral, ou com reformadores populistas em particular, a fim de, pelo menos, defender ou avançar ao menos reformas e concessões limitadas que os conservadores têm bloqueado. Desde então, eles passaram a amplificar o discurso reformista, dizendo que a crise climática é causada, principalmente, pela falta de regulação global do capitalismo; e que isso pode ser resolvido aumentando essa regulamentação; e, enfim, que os “inimigos” são, principalmente, se não exclusivamente, as empresas de combustíveis fósseis ou os “capitalistas maus” e as “elites más” que se opõem à regulamentação global. Outros, por sua vez, optaram por rejeitar tais alianças, na esperança de defender ou avançar mudanças mais fundamentais. Sem dispensar totalmente os benefícios da mudança do sistema reformista, eles têm insistido em ir além do discurso reformista, sobretudo ao declarar que a falta de regulamentação global está, em si, enraizada nas contradições do capitalismo; e que, ainda que uma regulamentação aprimorada seja um avanço, apenas a supressão do próprio capitalismo irá começar a resolver o problema; e, ainda, que ao grupo de “inimigos” é possível incluir até mesmo os chamados “bons capitalistas” e a “boa elite” – isto é, aqueles que estão tentando “mudar o sistema”, a fim de mantê-lo sempre o mesmo.

As linhas de batalha, portanto, não estão sendo travadas, e nunca estiveram, apenas entre aqueles que estão “fora” e aqueles que estão “dentro” dos muros da cúpula da ONU que discute mudanças climáticas; elas também estão sendo travadas no lado de dentro das salas de conferências e nas ruas. Se e como as “pessoas nas ruas” irão construir o “poder de mudar o mundo” e se fazer prevalecer sobre “as pessoas nas salas de conferência”, provavelmente, vai depender de quem ganha nas ruas. ■

¹ Tradução do original “green-washing”, termo que indica a apropriação de virtudes ambientalistas, sobretudo por parte de organizações (empresas, governos, etc.), mediante o uso de técnicas de marketing e relações públicas.

Contato com Herbert Docena <herbertdocena@gmail.com>

> A democracia violenta na África do Sul:

Uma entrevista com Karl von Holdt

1993: Karl von Holdt participando de uma marcha da Aliança ANC durante a transição contestada da África do Sul. Foto por William Matlala.



Karl von Holdt tem uma longa e distinta história de engajamento político e intelectual. Foi editor do *South African Labor Bulletin*, em um momento em que a questão do trabalho estava ditando o movimento da sociedade sul-africana. Trabalhou para a NALEDI, o Instituto de Política da COSATU (Congresso dos Sindicatos Sul-Africanos), e serviu como coordenador da Comissão da COSATU sobre o Futuro dos Sindicatos (1996-97). Mais recentemente, atuou como representante trabalhista na Comissão Nacional de Planejamento da África do Sul. Atualmente, é diretor do Instituto do Trabalho e Desenvolvimento Social da Universidade de Witwatersrand, Johannesburgo. Às suas diversas publicações, podem ser incluídas *Transition From Below: Forging Trade Unionism and Workplace Change in South Africa* [Transição a partir de baixo: forjando sindicalismo e mudança do local de trabalho na África do Sul], uma das análises mais importantes sobre a transição política na África do Sul. Com Michael Burawoy, escreveu em coautoria *Conversations with Bourdieu: The Johannesburg Moment* [Conversas com Bourdieu: o momento Johannesburgo], de 2012. Sua pesquisa atual inclui o funcionamento das instituições estatais, a violência coletiva e a vida associativa, bem como democracia violenta, cidadania e sociedade civil. Von Holdt é membro do Comitê de Pesquisa da ISA sobre Movimentos Trabalhistas (RC44). Ele foi entrevistado por Alf Gunvald Nilsen, da Universidade de Bergen, Noruega. Uma versão mais longa desta entrevista pode ser encontrada em norueguês, no boletim da Associação Norueguesa de Sociologia.

Quando a África do Sul saiu do regime do Apartheid para a democracia, em 1994, décadas de luta popular pareciam ter rendido uma vitória retumbante, repleta de esperança. “Da experiência de um desastre humano extraordinário que durou muito tempo”, anunciou o então recém-eleito presidente Nelson Mandela, “deve nascer uma sociedade da qual toda a humanidade deve se orgulhar”. Cerca de vinte anos depois, as realidades sociais na África do Sul complicaram o quadro: apesar das novas liberdades políticas, a arraigada desigualdade racial e a pobreza ainda persistem. Na “nação arco-íris”, o descontentamento promovido por desigualdades duradouras resultou em uma série de ataques xenófobos contra imigrantes de outros países africanos. Como um sociólogo dá sentido a um cenário tão complexo e contraditório?

> A democracia violenta da África do Sul

“Há muita coisa que é paradoxal e perplexa”, diz Karl von Holdt, Professor Associado e Diretor do Instituto do Trabalho e Desenvolvimento Social da Universidade de Witwatersrand. Von Holdt fala não só como sociólogo, mas como alguém que tem se movido entre o ativismo e a academia desde o início dos anos 1980..

Von Holdt reconhece a importância do fim do Apartheid: “o tipo de mundo que nós vivíamos – de dominação racial, opressão, brutalidade institucionalizada diária do sistema e ampla negação de direitos – e o peso que isso teve”. Ao mesmo tempo, uma estrutura subjacente e aparentemente intratável de exclusão ainda prossegue. No entanto, de acordo com von Holdt, seria errado sugerir que pouco mudou. Em vez disso, é melhor pensar que as alterações que se desenrolam na África do Sul, hoje, desafiam qualquer tipo de conceituação simplista. “Política e sociologicamente, há uma tirania de certas concepções de como o Estado deve funcionar e de como as ordens sociais devem ser organizadas, algo que se originou no cadinho da modernidade ocidental. Quando olhamos para nós mesmos através desses conceitos, é fácil concluir que não temos democracia de fato, porque nossa sociedade é tão violenta que leva ao desespero em razão de nossas deficiências. Contudo, acredito que temos que olhar para as coisas de forma diferente – tanto em termos de como esses conceitos se originaram na história ocidental, quanto em termos de como eles foram implantados no contexto sul-africano”.

Essa tentativa de olhar para as coisas de forma diferente leva von Holdt a descrever a África do Sul como uma democracia violenta. Violência e democracia não são mutuamente exclusivas, observa ele – uma reivindicação que é tão verdadeira para a formação dos estados europeus quanto é para a África do Sul contemporânea. “Em um contexto europeu, é fácil pensar na modernidade como um processo, de muitos séculos, de pacificação de populações e estabelecimento de formas pacíficas de gestão de conflitos. Mas, se pensarmos

em termos mais globais, torna-se evidente que esses processos foram todos coevos da conquista colonial e da dominação, isto é, parte integrante do próprio desenvolvimento europeu. Na África do Sul, nossa experiência histórica de modernidade é um processo extremamente violento; experimentamos a violência durante quatro séculos!”.

Para von Holdt, a violência de hoje está intimamente ligada às importantes mudanças que se desenrolam na África do Sul – especialmente, à formação de elites negras, que foram jogadas para fora devido às lutas dentro do terreno do Estado. O acordo político na África do Sul, observa ele, “consagrou direitos socioeconômicos e humanos; porém, também protegeram os direitos de propriedade. Agora, a distribuição dos direitos de propriedade na África do Sul tem se moldado por 360 anos de espoliação colonial e de Apartheid; com efeito, é grosseiramente racializada”. Por conta das perspectivas limitadas da constituição para a redistribuição sistemática, o papel do Estado na economia do país assume grande importância. “O Estado é, de longe, o maior empregador na África do Sul e, também, tem orçamentos substanciais para contratos de vários tipos. Enormes recursos estão presos a esses processos, e acessar esses recursos torna-se crucial para a formação de elites”, argumenta. “Para chegar ao poder e ali permanecer, você precisa de apoiadores, aliados e redes de patronagem. Ter acesso a riquezas e recursos que podem ser distribuídos a todos esses níveis é uma maneira de construir capital político. Por outro lado, para ser bem sucedido como empreendedor, você precisa de conexões políticas. Dessa forma, a riqueza e a política estão intimamente ligadas uma à outra”. As lutas pelo poder assumem um caráter cada vez mais violento na medida em que diferentes facções e antagonistas tentam imobilizar um ao outro: “É ali onde as batalhas estão, e elas são perversas”.

A democracia violenta da África do Sul também é marcada por protestos em comunidades pobres. Esses protestos – muitas vezes, relacionados com o descontentamento em relação à prestação de serviços públicos – são muito frequentemente descritos como uma expressão autônoma de resistência por parte dos mais pobres; mas von Holdt argumenta que os protestos também surgem a partir da “dinâmica da formação de elites, gerada a partir da organização da patronagem, do acesso a recursos e da formação de laços entre facções em redes entre os mais pobres”. Conforme a investigação de von Holdt e uma equipe de pesquisadores sobre os protestos comunitários nas províncias de Mpumalanga e Gauteng, diz ele: “nós percebemos que havia uma relação íntima entre figuras de liderança nos protestos e as redes políticas dentro do African National Congress [Congresso Nacional Africano] (ANC). As pessoas que lideravam os protestos eram, muitas vezes, parte de uma facção particular do ANC local, que buscavam ganhar poder dentro do ramo local do Congresso e do conselho local”. No entanto, von Holdt não sugere que as pessoas pobres sejam, simplesmente, manipuladas pelas elites políticas lo-





2014: Karl von Holdt, o sociólogo, em um protesto da comunidade no município chamado Trouble. Foto por William Matlala.

cais. “Há queixas reais dentro da comunidade. Se os líderes políticos locais querem se tornar membros da elite, eles têm que tocar na insatisfação dos mais pobres. E, dessa forma, as pessoas pobres também usam os líderes para ganhar voz e acessar recursos que são escassos para eles. Então, a patronagem não é pura e simplesmente algo dispensado pelas elites; é, também, algo que os pobres reivindicam”.

Ainda assim, as mudanças no cenário político sul-africano podem ser significativas – incluindo as mudanças que datam de 16 de agosto de 2013, quando as forças policiais mataram 34 mineiros que estavam em greve em Marikana. Emblemática da democracia violenta da África do Sul, o massacre de Marikana também desencadeou rupturas organizacionais, enfraquecendo o apoio ao ANC nos sindicatos do país. No final de 2014, a Frente Unida, uma ampla coalizão de movimentos sociais progressistas, formou-se em um esforço para rejuvenescer a política de esquerda, enquanto que os Combatentes da Liberdade Econômica, uma dissidência política do ANC que defende um programa de nacionalismo militante e de redistribuição radical de renda, abalou a base do ANC. “A hegemonia do ANC está erodindo”, diz von Holdt; mas ele adverte, ainda, que “o futuro é incerto. Apesar das evidências de uma hegemonia fraturada, o ANC continua dominando os espaços locais, as comunidades; continua a ser uma organização muito poderosa”.

> Bourdieu, Fanon e a Sociologia da Violência

VO diagnóstico de von Holdt sobre a democracia violenta

na África do Sul está intimamente relacionado com um esforço para conceituar a violência em termos mais gerais. Em um persuasivo artigo escrito para a *Current Sociology*, ele explora os altos níveis de violência associados ao confronto político da África do Sul, com base em um trabalho de colaboração com Michael Burawoy, publicado como *Conversations with Bourdieu: The Johannesburg Moment* (Wits University Press, 2012). “Minha contribuição para esse livro”, explica von Holdt, “girou em torno de tentar ler Bourdieu a partir da África do Sul – para identificar as lacunas e os silêncios em suas contribuições. Ao mesmo tempo, foi interessante olhar para a África do Sul através de Bourdieu, porque seu trabalho se concentra em um sentido bem afinado sobre a ordem e como ela se reproduz”.

Em seu artigo, von Holdt explora as dissonâncias e ressonâncias entre a concepção de Bourdieu de violência simbólica e a narrativa da violência colonial de Frantz Fanon. “Na situação colonial, a violência simbólica não funciona da maneira tal qual Bourdieu sugere; ela não é suficiente para explicar a ordem. Como mostra Fanon, é necessária, também, uma violência real. No entanto, ao mesmo tempo, o conceito de violência simbólica nos ajuda a compreender que o que Fanon está falando como sendo racismo e violência da ordem colonial não é algo, puro e simplesmente, físico e material; é, inclusive, simbólico”.

“O que é interessante sobre esses dois pensadores é que Fanon, sobretudo em sua obra mais madura, envolveu-se no terreno da ordem colonial e pós-colonial, onde a violência e a modernidade andavam de mãos dadas; é um



terreno onde o moderno é, inexoravelmente, violento. Mas Bourdieu – se você coloca entre parênteses suas primeiras experiências na Argélia – emerge, inteiramente, no contexto ocidental de uma sociedade pacificada. O que acho interessante é voltar a Bourdieu e perguntar se a modernidade ocidental funciona da maneira como ele propõe. Eu não tenho tanta certeza quanto a isso. Especialmente no contexto de atual crise no ocidente, tais suposições estão começando a se quebrar. O que acontece com a noção de violência simbólica de Bourdieu em um contexto de desemprego em massa, onde o Estado passa a retirar benefícios e onde os bancos e corporações são dominantes? Ora, ela começa a ir por água abaixo”.

Será que esse tipo de leitura se assemelha à alegação de Jean e John Comaroff de que o hemisfério Sul oferece insights privilegiados sobre o funcionamento do mundo moderno? Von Holdt objeta em relação a isso: “Eu sou um pouco cético quanto a esse ponto, porque o Norte sempre conseguiu preservar sua excepcionalidade. A questão fundamental permanece sendo como o norte é capaz de dominar a produção de conhecimento e a própria extração de riqueza. Essa relação de dominância não está prestes a ser substituída. Não é como se o Sul estivesse prestes a começar a dominar o Norte”. No entanto, von Holdt insiste na necessidade de repensar isso, mas de forma radical: “alguns insights analíticos e inovações conceituais que podem ser desenvolvidos no e para o Sul também envolvem repensar todo o aparato conceitual do Norte, incluindo sua relação com as realidades do Norte”.

Trata-se de algo paralelo ao chamado de Raewyn Connell para uma teoria do Sul? “Eu prefiro pensar no ato de fazer teorias no Sul. Acho que é difícil imaginar uma maneira inteiramente alternativa de pensar, porque nosso próprio pensamento já é demasiadamente ocidental. Como e de onde você recupera um conhecimento alternativo?”. O fato da sociologia sul-africana ter sido desenvolvida por indivíduos vinculados, pela língua e pela história, à metrópole do sistema-mundo, ele sugere, tem implicações significativas para a produção de conhecimento. “Eu sou um dos descendentes da elite colonial branca, de modo que esse é o chão no qual meu trabalho se desenvolve. Estamos tão unidos com as formas ocidentais de conhecimento que temos de pensar através e contra elas; entretanto, outros podem explorar a recuperação do pensamento indígena, o que poderia levar a interações importantes”.

> A sociologia pública na África do Sul pós-Apartheid

A partir dos limites da sociologia ocidental, nossa conversa se volta para os desafios da sociologia pública no contexto

desconcertante e paradoxal de pós-Apartheid na África do Sul. Von Holdt, cuja carreira tem oscilado entre a academia e o ativismo, insiste que a sociologia pública não pode ser atividade puramente de oposição. “O sociólogo progressista, muitas vezes, imagina a si mesmo como se estivesse engajado com movimentos subalternos; e essa é a força privilegiada da análise sociológica progressista e por intermédio da qual a sociologia pode alcançar algum significado político”. A unidade de investigação de von Holdt, a SWOP, foi fundada com essa visão, em estreito diálogo com os sindicatos militantes da COSATU, na década de 1980. Mas, com a transição para a democracia, a SWOP começou a colaborar com os ministérios governamentais mais progressistas. Essa experiência levou von Holdt a questionar a utilidade de uma distinção clara entre pesquisa política e sociologia pública. “A sociologia política é pensada como um negócio sujo, em que você é pago para produzir resultados que as pessoas no poder querem ver. Efetivamente, ele reforça o status quo em vez de se alinhar com as forças que desejam mudança. Quando você trabalha com os sindicatos, muitas vezes, você opera no terreno da crítica; mas, no final do dia, o que os sindicatos realmente querem é o reconhecimento de sua relevância política, porque eles precisam disso para negociar. Eles precisam de possíveis soluções para determinados problemas, e isso é uma questão de política. Então, para mim, a noção de que a sociologia pública é, de algum modo, uma forma progressista pura de conhecimento – e, inversamente, que a sociologia política está, em alguma medida, contaminada e corrompida – não funciona. Há uma interação entre o mundo da rebelião e o mundo da governança”.

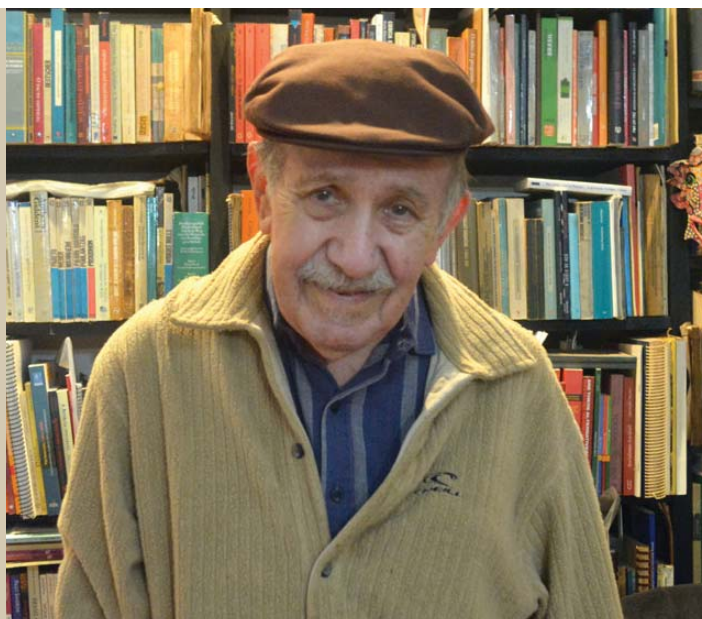
Hoje, na África do Sul, falar a verdade do poder tornou-se cada vez mais necessário. “Nós nos encontramos, novamente, em mudança. As práticas e princípios que forjamos em relação aos sindicatos não funcionam mais por conta de emergentes divisões dentro deles. As antigas regras não funcionam; logo, nossas práticas de sociologia pública estão o tempo todo em mudança”. Contudo, para von Holdt, isso não requer, necessariamente, a reversão para uma sociologia pública puramente oposicionista. “Se você quer se engajar de um modo que possa fazer alguma diferença na forma como a resistência é conduzida, ou na maneira como uma sociedade é governada, você passa a ter um compromisso constante com o poder. E isso é algo sempre desconfortável. Algumas pessoas, naturalmente, sentem-se mais confortáveis com a simples adoção de uma postura crítica. No entanto, a inovação conceitual vem lidando com uma realidade que desafia você o tempo todo”. ■

Contato com Alf Gunvald Nilson <alfgunvald@gmail.com>
e Karl von Holdt <karl@yeoville.org.za>

> A Economia Solidária:

Uma entrevista com Paul Singer

Paul Singer é um dos intelectuais mais ilustres da Economia Solidária no Brasil e em todo o mundo. Suas publicações incluem: *Desenvolvimento e Crise* (1968), *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana* (1969), *Dinâmica Populacional e Desenvolvimento* (1970), *Dominação e Desigualdade: estrutura de classes e Repartição de renda no Brasil* (1981) e *Introdução à Economia Solidária* (2002). Ele nasceu em Viena, Áustria, e se mudou para o Brasil em 1940. Em 1953, com 21 anos de idade, foi militante do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e líder de uma greve histórica que durou mais de um mês. Na década de 1960, fundiu suas atividades militantes e intelectuais, começando sua carreira como professor de Sociologia e Economia da Universidade de São Paulo, estudando, também, demografia na Universidade de Princeton, EUA. No final dessa década, seus direitos políticos foram cassados pela ditadura militar; foi quando ajudou a fundar o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Após seu regresso ao ensino, Singer ajudou a criar o Partido dos Trabalhadores (PT); em seguida, tornou-se Secretário Municipal de Planejamento da cidade de São Paulo e, mais tarde, Secretário Nacional de Economia Solidária. Aqui, ele descreve suas experiências com a Economia Solidária e como tais iniciativas podem contribuir para um mundo mais igualitário. Paul Singer foi entrevistado por Gustavo Taniguti, pós-doutorando em sociologia da Universidade de São Paulo, e por Renan Dias de Oliveira, professor da Fundação Santo André.



| Paul Singer.

GT&RO: Em 1969, junto com Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, José Arthur Giannotti, Juarez Brandão Lopes e Francisco de Oliveira, você fundou o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Tratava-se de um grupo de intelectuais que mantinham uma perspectiva crítica nos anos mais repressivos da ditadura. Qual foi a importância dessa iniciativa para se discutir pobreza no Brasil?

PS: Fazíamos pesquisas sobre pobreza naquele momento, porque percebíamos que se tratava do maior problema real do país; mas não conhecíamos o outro lado da moeda – a prosperidade, a riqueza ou seja lá como você queira chamar. Portanto, não fomos capazes de medir a desigualdade como hoje, pois não tínhamos acesso a todas as informações de que precisávamos. Naquele momento, eu diria que o principal problema social no Brasil – pelo menos para nós, no CEBRAP – era a exclusão social. E exclusão é quase sempre resultado da pobreza.

GT&RO: Depois de quase dez anos de perseguição política, em 1979, você retornou às atividades acadêmicas, após o



regime militar forçar uma aposentadoria compulsória; em 1980, participou da fundação do PT. Naquela época, o que motivou a discussão da economia e cooperativas solidárias? Como você se envolveu com essa questão?

PS: Ninguém no CEBRAP, na verdade, tinha contato com a Economia Solidária naquele momento; eu acho que era uma questão ainda desconhecida. Muito mais tarde, eu descobri que a Economia Solidária fora inspirada pela Igreja Católica. Na verdade, o termo Economia Solidária foi criado por um economista chileno, Luis Razeto, que escreveu vários livros sobre o assunto. Agora, ele está aposentado, mas ainda continua escrevendo sobre a questão com alguma frequência. A fundação do Partido dos Trabalhadores, em 1980, logo após a anistia, de 1979, não esteve ligada ao debate sobre a Economia Solidária. Meu interesse no assunto veio de uma iniciativa individual. Como muitas outras pessoas, fiquei profundamente impressionado com o súbito desaparecimento do chamado “socialismo real”. Muito rapidamente, após a queda do Muro de Berlim, em 1989, os regimes políticos de muitos países desmoronaram um após o outro. Dentro do PT, a queda do chamado “socialismo real” provocou uma crise ideológica; foi um grande desafio para nós, tendo em vista que éramos um partido socialista visando construir uma sociedade diferente no Brasil. Eu gastei bastante tempo e energia para trazer à tona algo que depois veio a se chamar “socialismo democrático”.

Na década de 1990, o Brasil enfrentou uma crise tremenda, que afetou, particularmente, o sistema de emprego do país: 60 milhões de postos de trabalho simplesmente desapareceram durante a crise. Eu me senti profundamente preocupado com isso, porque, antes disso, o Brasil nunca tinha experimentado uma taxa de desemprego tão alta; e, então, de repente, milhões de trabalhadores industriais foram perdendo seus empregos, casas, rendimentos. Foi uma tragédia social real; por conta disso, fui convidado pela Igreja a visitar algumas das cooperativas que estavam sendo criadas no Brasil naquela época. Caritas, que pode ser considerada o braço social da Igreja Católica, criou em torno de 1.000 cooperativas de trabalhadores, feitas, principalmente, de pessoas desempregadas. E visitar muitas dessas cooperativas me fez descobrir a resposta para uma pergunta difícil sobre o que significava a social-democracia. Porque essas cooperativas foram fundadas por desempregados; ou seja, não havia chefes, tampouco hierarquias. Tudo foi feito de forma coletiva, de forma igualitária. Eu escrevi alguns artigos no jornal *Folha de S.Paulo*, incluindo um texto chamado “Economia Solidária: uma arma contra o desemprego”. Eu não estava criando um novo movimento; na verdade, foi só uma descoberta.

GT&RO: Ainda nesse contexto, quais foram suas orientações teóricas no debate sobre a Economia Solidária?

PS: Eu diria que o principal ponto de referência foi a história do socialismo, começando com os socialistas utópicos. É curioso, porque eu costumava ler bastante Marx, Rosa Lu-

xemburgo e outros autores marxistas, mas não os socialistas utópicos. Em uma de minhas aulas na USP, quando os alunos me pediram para falar mais sobre esses autores, comecei a ler a obra de Robert Owen. Percebi que ele era admirável e o adotei como ponto de referência.

GT&RO: Quando você se tornou Secretário de Planejamento de São Paulo, durante o mandato de Luiza Erundina (1989-1993), as políticas de combate à pobreza da cidade estavam relacionadas com a Economia Solidária? Se sim, como?

PS: Inicialmente não, mas se desenvolveu mais tarde. São Paulo é a maior cidade da América Latina, uma metrópole extensa, esparramada e desigual; foi o primeiro governo de esquerda da cidade, o primeiro com uma mulher como prefeita. E, mais do que isso, Erundina veio de uma família pobre de um estado do Nordeste do Brasil, a Paraíba. Ela se juntou ao PT e se tornou uma líder de maneira muito rápida. É claro que, em seu governo, a pobreza foi o nosso principal alvo, uma vez que tínhamos que superar a crise de 1980. Lembro-me de que a prefeita, os sindicatos trabalhistas e eu debatíamos bastante como reduzir as taxas de desemprego. Mais tarde, Lula me disse que os sindicatos não podiam apoiar os desempregados, porque eles não sabiam o que fazer com eles. Em sua opinião, os sindicatos só poderiam apoiar os membros ativos de cooperativas. Era algo muito objetivo. Os empregadores, por sua vez, ofereceram ajuda em troca de redução de impostos, o que era impossível porque isso teria afetado o orçamento dos serviços básicos, como a educação e a saúde.

Por isso, foi um contexto muito difícil. Primeiro, criamos uma força-tarefa para realizar o primeiro censo de moradores de rua, a fim de pelo menos salvá-los da fome. Mais tarde, criamos cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Este foi o início da Economia Solidária. Particularmente, com a ajuda da Caritas, nós descobrimos do que se tratava a Economia Solidária. Decidimos adotar, então, 100% dos princípios do cooperativismo e, já em 1996, eu já estava convencido de que essa era uma expressão do socialismo democrático.

GT&RO: Na década de 2000, foram criados dois espaços importantes para se debater e se planejar a Economia Solidária: o Fórum Brasileiro de Economia Solidária e a Secretaria Nacional de Economia Solidária. Você poderia nos contar um pouco sobre o contexto político em que eles foram criados? Como eles ajudam a Economia Solidária nos níveis nacional, estadual e municipal?

PS: Era um contexto de elevadas taxas de desemprego, embora não tão severas como aquelas que tivemos na década de 1980. O governo de Fernando Henrique Cardoso foi fortemente neoliberal, sob várias formas. A coisa mais importante para ele e sua equipe era a luta contra a inflação, travada por meio do aumento das taxas de juros, resultando em desemprego – o que deixa os trabalhadores com pouco poder de negociação.



Quando o Lula foi eleito, em 2002, ele já tinha certeza de que a Economia Solidária seria incluída em seu programa de governo. O Partido dos Trabalhadores adotou a Economia Solidária, portanto, que ainda está incluída na plataforma do partido. Assim que Lula iniciou seu mandato como Presidente, os movimentos de economia solidária começaram a realizar reuniões nacionais, cobrando a criação de uma secretaria no Ministério do Trabalho e Emprego. Isso aconteceu muito rapidamente, já em 2003, logo após a posse de Lula. Passamos alguns meses esperando a aprovação do Congresso; mas, em junho daquele ano, a *Secretaria Nacional de Economia Solidária* foi finalmente criada. O *Fórum Brasileiro de Economia Solidária* estava ligado à *Secretaria*, porque, logicamente, nós não iríamos introduzir qualquer política sem os movimentos sociais. Não fazia nenhum sentido. Com o *Fórum*, todas as políticas passaram a resultar de uma interação com os movimentos sociais, que fornecem relatórios vivos dos problemas, das demandas e das reivindicações da Economia Solidária.

Hoje, a Economia Solidária atravessa todo o país, da Amazônia ao Sul. Não é tão grande como gostaríamos que fosse, mas também não se trata mais de um pequeno movimento. Além da *Secretaria*, a mesma lei criou um *Conselho Nacional*, em que a maioria dos participantes vem do *Fórum*.

A *Secretaria* utiliza seu orçamento para promover e ajudar as cooperativas de Economia Solidária. Fizemos isso, especialmente, durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff, participando do programa *Brasil sem Miséria*. Cinco ou seis ministérios fizeram parte do programa; a *Secretaria* foi responsável pela inclusão produtiva em áreas urbanas, trazendo oportunidades para criar cooperativas para quem poderia estar interessado. Nossa estimativa é de que essa política ajudou a tirar cerca de meio milhão de famílias da pobreza. Mas não fomos o primeiro país a ter um apoio institucional oficial de Economia Solidária. A França foi o primeiro. Em 2001, no *Primeiro Fórum Social Mundial*, nós encontramos o ministro francês da Economia Solidária.

GT&RO: Você poderia explicar como começaram as incubadoras de Economia Solidária vinculadas às universidades?

PS: As incubadoras foram iniciadas, originalmente, nos Estados Unidos. Eles são importantes, pois estimulam alunos e professores a criarem empresas no ambiente universitário. E elas funcionam muito bem. A Universidade Federal do Rio de Janeiro, por exemplo, teve a primeira incubadora de Economia Solidária, em 1994. Nossas incubadoras são diferentes das americanas porque não são dedicadas à ciência, mas, principalmente, estão preocupadas com questões sociais. Depois de alguns anos, vimos cooperativas populares sendo reproduzidas em favelas do Rio de Janeiro. Agora, no Brasil, muitas universidades públicas têm suas próprias incubadoras, auxiliadas pela *Secretaria*. Atualmente, temos 110 incubadoras em universidades brasileiras.

Essas incubadoras populares também têm um grande impacto sobre as universidades, porque os alunos que trabalham lá vêm de diferentes áreas: economia, geografia, ciências sociais e engenharia. Todavia, eles são, em sua maioria, estudantes de classe média que têm contato com, e estão encontrando maneiras de ajudar, as comunidades mais pobres – muitos, pela primeira vez em suas vidas. Isso tem um impacto positivo no ambiente do *campus*.

GT&RO: Em sua opinião, quais são as virtudes de organizações econômicas governadas por associações de trabalhadores? E quais são os desafios enfrentados pela Economia Solidária no Brasil hoje?

PS: Eu diria que a maior virtude é a democracia. As pessoas trabalham juntas, respeitando umas às outras, sem competição. Nosso mapa de Economia Solidária mostra que, no Brasil, temos cerca de 30.000 cooperativas ativas, envolvendo cerca de três milhões de pessoas. E temos, ainda, o apoio de partes importantes da sociedade civil, como a Igreja Católica, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e as universidades. Trata-se de uma experiência social muito nova e estimulante.

Entre os desafios que a Economia Solidária tem pela frente a nível nacional, acredito que o mais importante é o fato de que as empresas de economia solidária são um tanto quanto frágeis. Muitas delas desaparecem em cinco anos. Geralmente, as pequenas empresas têm uma vida curta. Mas, evidentemente, nem todas elas são pequenas. Por exemplo, temos as *Fábricas Recuperadas*, que ocorre quando uma fábrica que foi à falência é recriada e substituída por uma cooperativa. No Brasil, temos 67 fábricas recuperadas, e na Argentina há muitos mais casos.

GT&RO: Como você vê a Economia Solidária no Brasil em comparação com outras experiências na América Latina e no mundo?

PS: Eu ainda estou aprendendo mais sobre Economia Solidária quase todos os dias. Em nível local, lidar com a fragilidade das empresas é um grande desafio, e o elemento cultural também é outro fator muito importante. Os conflitos internos e as divergências entre os grupos podem ser decisivos para o sucesso ou o fracasso de uma empresa. Devemos saber como evitar tais conflitos – e, mais do que isso, devemos saber como resolvê-los. Não estou certo de quão central o fator cultural é para a Economia Solidária em todo o mundo, mas, certamente, uma comparação com outros países, como África do Sul, Filipinas, Coreia do Sul – e tantos outros da Europa e da América Latina – seria importante para a construção de um ambiente de trabalho mais democrático. Temos que aprender com eles. ■

Contato com Gustavo Taniguti <gustavotaniguti@gmail.com>
e Renan Oliveira <renandoliveira@yahoo.com.br>

> Uralungal,

a mais antiga cooperativa de trabalhadores da Índia

Por **Michelle Williams**, Universidade de Witwatersrand, África do Sul, e membro do Comitê de Pesquisa em Movimentos do Trabalho da ISA (RC44)



Construção em Uralungal, a mais antiga cooperativa de trabalhadores da Índia.

Em Kerala, na Índia, por mais de 90 anos uma cooperativa de trabalhadores notável desafiou as previsões de economistas. A Sociedade Cooperativa de Contrato de Trabalho Uralungal (ULCCS), uma cooperativa do setor da construção, de propriedade de 2.000 fortes trabalhadores, constrói grandes projetos de infraestrutura, como estradas, pontes e complexos edifícios. Com o nome da aldeia Uralungal, na região Malabar norte de Kerala, a Cooperativa Uralungal foi pioneira a nível local de produção alternativa, priorizando qualidades da economia solidária, como a democracia, a igualdade, a solidariedade, reciprocidade e redes integrativas. Esses princípios são codificados no tecido da cooperativa através do *ethos* de seus membros, bem como através de estatutos cooperativos que descrevem o objectivo principal da cooperativa como membros do serviço – isto é, os trabalhadores da coopera-

tiva –, garantindo seguro, gratificação e bem-estar no trabalho remunerado. Para isso, foi pioneira na organização de um local de trabalho democrático e na redistribuição igualitária, mesmo no contexto de um setor altamente competitivo dominado por grandes fins lucrativos (e muitas vezes corruptos) contratantes.

O comprometimento da ULCCS aos princípios democráticos e igualitários remonta à sua fundação no início do século XX. Na década de 1930 e 1940, Uralungal estava no vórtice de turbulência política, quando poderosos movimentos de trabalhadores e camponeses surgiram em Malabar, o movimento nacionalista tomou um rumo radical, e do Partido Comunista emergiu como uma força hegemônica na área. Em anos de formação da cooperativa, esta radicalização do Malabar ajudou a moldar o *ethos* de uma economia alternativa baseada na tomada de decisão democrática. O

excedente estava subordinado a objetivos sociais, sustentabilidade ecológica e produção coletiva. Ao longo dos anos, a cooperativa tem usado a sua organização democrática, tomada de decisão coletiva e *ethos* alternativo de pessoas antes dos lucros para superar criativamente cada novo desafio.

Os economistas *mainstream* frequentemente prevêem que mesmo se as cooperativas de trabalhadores emergirem, sobreviverem e prosperarem, logo vão se degenerar em uma empresa capitalista típica, perdendo quaisquer princípios elevados de controle operário e propriedade do trabalhador. Contra esses argumentos, o desempenho real das cooperativas de trabalho, como ULCCS destacam-se como balizas para inspiração e como experiências que oferecem lições valiosas para a prática futura.

No centro do sucesso da ULCCS reside o seu compromisso com a democracia participativa e direta dentro da cooperativa. Na seção restante deste artigo, vou me concentrar sobre o papel da democracia participativa para esse sucesso.

> Tomada de decisão e democracia operária

Como as cooperativas asseguram a coordenação rigorosa e produção eficiente sem as técnicas capitalistas típicas de disciplina e incentivos? Como eles garantem que a propriedade do trabalhador não mine os poderes dos supervisores ou levem trabalhadores a fugir de suas responsabilidades? Mais especificamente, como a ULCCS obtem sucesso em criar uma mistura



judiciosa de hierarquia e participação? Para responder a essas perguntas, temos que olhar para as experiências da ULCCS no desenvolvimento de um processo de trabalho que é ao mesmo tempo eficiente e participativa.

Na ULCCS, os trabalhadores elegem o conselho de administração em uma reunião geral anual e discutem um relatório detalhado sobre o ano anterior da cooperativa. Esta assembleia geral não é uma formalidade, e a reeleição do conselho de administração não é uma conclusão precipitada. Uma vez que o conselho de administração é eleito, no entanto, é concedida autonomia para adquirir contratos, escolher tecnologias, alocar os trabalhadores a diferentes locais de trabalho e outras decisões de rotina. Assim, os diretores são os gestores da cooperativa, o que significa que a gestão é eleita pelos trabalhadores – em nítido contraste com as corporações capitalistas, onde os gestores são nomeados por uma liderança não-eleita.

Os locais de construção são conduzidos por líderes do local escolhidos entre os trabalhadores, em um processo através do qual apenas os trabalhadores com capacidade de gestão comprovada e que gozam de amplo respeito e confiança são selecionados. Os trabalhadores e os líderes locais continuamente discutem a divisão do trabalho e procedimentos nos locais de trabalho – por exemplo, a organização de um almoço coletivo (preparado pela cooperativa). Embora exista uma grande quantidade de deliberação inclusiva, uma vez tomada uma decisão, todos devem cumpri-la. Desobediência a instruções do líderes, abandono do dever, irregularidades financeiras ou lapsos deliberados no desempenho podem levar à ação disciplinar – embora tal ação seja raramente necessária.

Os processos democráticos são mantidos através de uma comunicação regular dentro da cooperativa. Líderes locais participam de reuniões

diárias com o conselho de administração. Todos os líderes, conselheiros e funcionários técnicos assistem às reuniões semanais, e todos os membros trabalhadores participam em reuniões mensais, onde novos desenvolvimentos são relatados, e onde os membros podem levantar críticas. As demonstrações financeiras completas são discutidas nas assembleias gerais anuais. Ainda que tantas reuniões envolvam tempo e energia, também produzem uma sensação de propriedade coletiva, solidariedade e missão comum, aumentando a produtividade.

> Participação e competitividade de mercado

O grande desafio para a ULCCS em competir com empreiteiros privados é que a cooperativa não pode cortar os custos, restringindo os benefícios dos trabalhadores ou burlando especificações ou usando materiais de baixa qualidade. A cooperativa sempre considerou a adesão ao caderno de encargos um princípio sacrossanto, o que contribuiu para sua reputação impressionante. Já que projetos de obras públicas da Índia são notórios por corrupção e manipulação, esses limites criam uma desvantagem muito grave.

A vantagem competitiva da cooperativa vem da alta produtividade do trabalho, decorrente tanto o uso efetivo da tecnologia e da diligência e habilidade dos trabalhadores – um ativo vital no processo de construção de trabalho intensivo. Por exemplo, a qualidade e o custo de uma estrada de macadame comum dependerá da espessura de camadas diferentes, a eficácia de ligação terra vermelha, a homogeneidade na mistura do piche, e a sua aplicação em tempo útil sobre a camada de metal. Cada etapa requer habilidade, diligência e empenho dos trabalhadores. Em construção, betonagem, exige igualmente uma cooperação estreita entre muitos trabalhadores. Além disso, os trabalhadores motivados em manter uma programação e evitar o desperdício são fundamen-

tais para a conclusão bem sucedida da cooperativa de projetos no prazo. Assim, a habilidade e compromisso dos trabalhadores – e não apenas dos supervisores ou gerentes – são os principais ativos das cooperativas. A ULCCS tem priorizado participação ativa na tomada de decisões, mantendo pacotes de remuneração generosas e as condições de trabalho positivas.

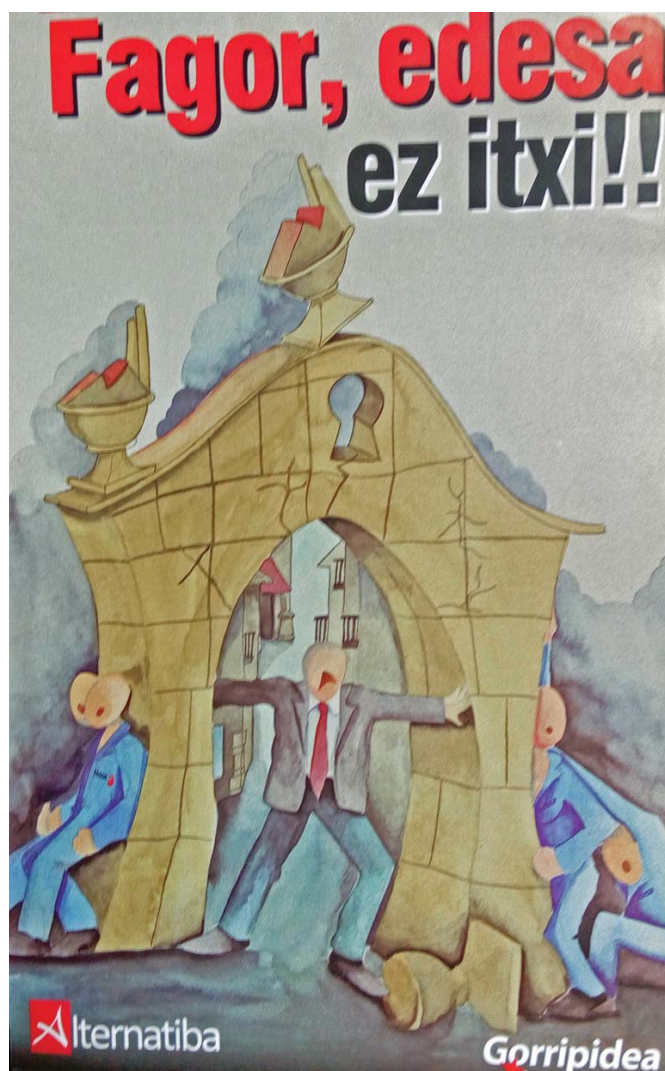
A mecanização transformou os locais de trabalho, e muitos dos postos de trabalho envolvidos na construção tornaram-se desnecessários ou desqualificados. Além disso, a mudança de ritmo ligados à mecanização poderia alterar o senso de envolvimento e laços de solidariedade dos trabalhadores. Consciente desses perigos potenciais, a cooperativa tem respondido por meio do aprofundamento da democracia de três maneiras, com um profundo compromisso com a deliberação transparente, aberto; reforçando os feedbacks dos trabalhadores; e melhorando os seus programas de desenvolvimento de competências.

Outro perigo que espreita é a erosão de compromisso entre os trabalhadores contemporâneos. Até recentemente, a maioria dos membros eram parentes da geração pioneira, mas hoje muitos novos trabalhadores não têm parentesco ou os laços locais. Muitos participantes se preocupam com a qualidade das deliberações nas assembleias gerais anuais, e a vontade dos trabalhadores para fazer trabalho extra enfraqueceu. Não há solução fácil para esta tendência diferente que não seja a educação continuada sobre a história da cooperativa, suas tradições de compromisso e sacrifício, e os princípios que fizeram a ULCCS o que é hoje. Assim, a sobrevivência da ULCCS como uma cooperativa genuína é política. Deve gerar valores de cooperação, numa sociedade dominada por valores de mercado. ■

Contato com Michelle Williams
<michelle.williams@wits.ac.za>

> As cooperativas Mondragon: sucessos e desafios

Por **Sharryn Kasmir**, Universidade de Hofstra, EUA



Falência da empresa emblemática de Mondragon, a grande fabricante de aparelhos Fagor.

democrática e justa de capitalismo - uma mensagem de boas-vindas depois de décadas de virulento neoliberalismo.

Frequentemente, Mondragon, no País Basco espanhol – amplamente considerada a cooperativa de empresas autogeridas de maior sucesso no mundo – é discutida como modelo. Iniciado na década de 1950 como um projeto de Ação Católica, hoje, o grupo Mondragon inclui 257 indústrias e empresas de varejo, além de preocupações financeiras de pesquisa e desenvolvimento, que empregam cerca de 74.000 pessoas. As cooperativas fabricam tudo, desde equipamentos de cozinha comercial (sob a bandeira da marca Fagor) a robôs industriais; a gigante do varejo Eroski possui 2.000 pontos de venda em toda a Europa; e o banco Caja Laboral e cooperativa de segurança social prestam serviços financeiros aos membros e empresas afiliadas. As cooperativas não são sindicalizadas e elas não têm acionistas externos. Em vez disso, cada trabalhador ou gestor investe como um membro na empresa e tem um voto na sua assembleia geral. Cada cooperativa é representada no Congresso Cooperativa, onde os planos de todo o sistema e as decisões empresariais são tomadas.

Tamanho e sucesso fazem da Mondragon única entre as experiências de cooperação, e há mais do que algo admirável. As cooperativas têm mantido postos de trabalho dos membros no País Basco espanhol, mesmo durante crises econômicas. Manifestando uma ética de solidariedade, os membros aceitam cortes salariais, investem fundos adicionais e transferência entre cooperativas quando necessário. Mondragon limita o seu maior salário gerencial para cerca de nove vezes a remuneração de seus membros menos remunerados, uma escala notavelmente estável em relação a razão global da Espanha de cerca de 127:1. O princípio fundamental da Mondragon, a soberania do trabalho sobre o capital, é visível na distribuição do excedente para contas de capital dos membros da Caja Laboral, onde são mantidos como poupança privada, mas disponibilizados para investi-

Na esteira da crise financeira e de revoltas anti-austeridade, há um interesse crescente nos EUA e na Europa em nutrir relações sociais não-capitalistas e economias de solidariedade: acadêmicos e defensores argumentam que cooperativas de propriedade dos trabalhadores asseguram e conferem aos trabalhadores controle e encorajam a solidariedade. Essas transformações, eles sugerem, semeiam sementes de socialismo, ou, pelo menos, uma forma mais

>>

mento no grupo de cooperativas.

Mas enquanto Mondragon é muitas vezes um ponto de partida para aqueles que querem uma alternativa mundo real ao capitalismo, questões críticas sobre os trabalhadores de base das cooperativas, condições de trabalho e de classe são muitas vezes marginalizadas.

Apesar de suas cooperativas estarem concentradas na região basca, Mondragon se tornou global em 1990, e agora controla cerca de 100 subsidiárias estrangeiras e joint ventures - principalmente em países em desenvolvimento e pós-socialistas, com baixos salários ou mercados em expansão. Essas empresas não são de propriedade do trabalhador, e os empregados não gozam dos mesmos direitos ou privilégios concedidos cooperados. Ao invés disso, eles são trabalhadores assalariados. Mesmo no País Basco e na Espanha, cooperativas industriais e de varejo empregam um número significativo de trabalhadores temporários com contratos a curto prazo. Hoje, apenas cerca de metade dos negócios da Mondragon são cooperativas, e apenas um terço de seus empregados são membros cooperados.

Em 2013, a Fagor Electrodomésticos (a divisão de eletrodomésticos) declarou falência, uma vítima da crise financeira de 2008, que chocou o setor de mercado de habitação e eletrodomésticos espanhol. O grupo Mondragon financiou a Fagor durante anos, mas os investimentos em 18 plantas ao longo de 6 países tornaram-se cada vez mais onerosos, até que as cooperativas Mondragon afiliadas não estavam mais dispostas a salvar a Fagor. A falência ameaçou 5.600 postos de trabalho (de 11.000 antes da bolha).

Com uma população de 25.000 habitantes, isso atingiu a cidade de Mondragón duramente. Membros cooperados da Fagor em Mondragón e cidades próximas se aposentaram ou foram transferidos para outras cooperativas, mas os trabalhadores contratados locais e 3.500 funcionários das subsidiárias Fagor não foram similarmente protegidos. O seu destino e as condições dos trabalhadores em outras cooperativas subsidiárias são tanto uma parte da história Mondragon como são princípios das estruturas democráticas e da distribuição de excedentes para os membros.

Em Wroclaw, Polônia, uma greve de 2008 em virtude de baixos salários e repressão anti-sindical levantou questões sobre força de trabalho de três camadas da Fagor, com cooperados no País Basco, trabalhadores temporários em toda a Espanha e os trabalhadores assalariados em empresas controladas. Será que a segurança no emprego, salário decente e a participação no local de trabalho no resto País Basco estão baseados na exploração em outro lugar?

Um estudo das subsidiárias Mondragon na China comparando fábricas de propriedade das cooperadas com empresas capitalistas estrangeiras descobriu que os salários eram baixos, as jornadas eram longas e as condições de trabalho eram adversas. Assim como seus competidores

capitalistas, as cooperativas Mondragon investiram na China para fabricar bens intensivos com trabalho barato e se aproximar de mercados emergentes – uma estratégia aceita pelos cooperados quando votaram para perseguir uma estratégia internacional.

As empresas subsidiárias podem ser convertidas em cooperativas? Quadros jurídicos nacionais distintos tentam essa difícil tarefa, embora o *Congresso das Cooperativas* de 2003 tenha apelado à “expansão social” para ampliar a participação e a democracia. Organizações sem fins lucrativos de Mondragon esperam fortalecer uma rede global de economia social, ajudando a *United Steel Workers* a desenvolver cooperativas sindicalizados nos EUA, e trabalhando com uma lavanderia comercial recém-lançada em Pittsburgh. No entanto, as subsidiárias da Mondragon ainda operam como empresas normais, mesmo que seu objetivo não seja maximizar o lucro para os acionistas, mas para preservar cooperativas e empregos no País Basco.

Muitos analistas confiam no grupo Mondragon para tratar bem os empregados não-associados, apontando para esforços para educar os trabalhadores no México e a conversão a cooperativa de uma empresa privada, na Galiza, Espanha. Outros, no entanto, argumentam que a estratégia global da Mondragon prova que cooperativas não podem sobreviver em um mar capitalista: enfrentando a concorrência, cooperativas, quer degeneram em empresas capitalistas ou financiadoras.

No entanto, esses problemas têm uma história mais longa. No final de 1980, descobri que as condições de chão de fábrica, a participação da base na tomada de decisões, e identificação dos trabalhadores em uma cooperativa da Fagor não eram melhores do que em uma fábrica capitalista vizinha com uma força de trabalho sindicalizada. Além disso, os cooperados mostraram pouca solidariedade com o movimento operário Basco – na época, parte de uma coalizão de esquerda ativista. Como instituição, a Mondragon evitou essas políticas e os cooperados permaneceram no emprego, enquanto os trabalhadores do setor metalúrgico local entraram em greve.

A Mondragon pode parecer um paraíso de não-capitalismo, mas há lições importantes em suas experiências vividas, especialmente se colocarmos trabalhadores – membros, trabalhadores contratados, trabalhadores assalariados – e os movimentos da classe trabalhadora no centro. Qual é o papel das cooperativas na construção de um trabalho de base ampla e movimento social, e como podem os impulsos igualitários de Mondragon reforçar uma visão política mais ampla? A Mondragon oferece um ponto de partida para pensar sobre não-capitalismo – mas o seu exemplo é tão valioso para as perguntas difíceis que coloca sobre a classe e poder como para o modelo de negócio alternativo que ela incorpora. ■

Contato com Sharryn Kasmir <sharryn.m.kasmir@hofstra.edu>

> O Movimento anti-intermediários na Grécia

Por **Theodoros Rakopoulos**, Universidade de Bergen, Noruega¹



Comércio de batatas em Thessaloniki.

Cooperativas têm sido muitas vezes uma resposta de base para crises econômicas como as que a Grécia vem enfrentando nos últimos seis anos. Oferecendo uma rede de segurança para os trabalhadores, resgatando empregos em tempos de transição ou recessão, a partir da depressão americana da década de 1930, para a Europa Oriental de situação pós-socialista no início de 1990, para a crise que atingiu a Argentina em 2001. Como a Grécia enfrentou uma recessão em curso – com taxas crescentes de desemprego acima de 27% em 2015 – uma série de mobilizações tem alimentado uma rede altamente politizada das cooperativas informais, com base nos arranjos sociais da vida cotidiana em crise, bem como uma esfera política vocal. Grupos de base dispersos por toda a Grécia expressam uma nova onda de radicalização através da construção de uma economia social baseada em reciprocidade, às vezes chamado de “solidariedade” ou a economia “alternativa”.

Nos últimos cinco anos, o desenvolvi-

mento desta rede informal de grupos de base esteve intimamente ligado à crescente popularidade da esquerda grega, e a subida gradual ao poder do Syriza (Coalizão da Esquerda Radical). No entanto, esta sobreposição produziu agora um dilema para os ativistas: com vitórias eleitorais do Syriza, e a recente decisão do partido em aceitar novas medidas de austeridade, os ativistas da economia solidária enfrentam novos desafios.

> O movimento em ação

Configurados em torno de grupos cooperativos, em sua maioria informais, essas experiências – mercados de permutas e bancos de horas, bem como prestação de assistência social cooperativa organizada, como clínicas sociais ou farmácias – ofereceram alternativas à austeridade. Distritos urbanos da classe trabalhadora e classe média-baixa na Grécia sofreram exemplos vivos de cooperativização informal, especialmente entre 2011 e 2014.

Em Salonica (segunda maior cidade da Grécia) muitos moradores do cen-

tro da cidade, e alguns subúrbios populares beneficiaram-se com o movimento “anti-intermediário”. Participantes não pagos coordenaram cooperativas de base para distribuir alimentos, ajudar os produtores agrícolas a vender alimentos diretamente aos consumidores, em mercados abertos, dos agricultores improvisados. Em 2012-13, 80 grupos como esses estavam em operação na Grécia; só em Salonica, no auge do movimento, e durante o trabalho de campo no início do segundo semestre de 2013, havia cerca de dez desses mercados que acontecem todos os domingos, com milhares de participantes.

Esse movimento anti-intermediário foi organizado em torno de cooperativas informais que gerem a distribuição de gêneros alimentícios. Ativistas urbanos organizaram mercados de agricultores em bairros pobres e de classe média, sentados em praças, estacionamento ou parques. Esses mercados improvisados foram arranjados de modo a evitar os intermediários de mercado. Eliminando encargos dos corretores, disponibilizaram produtos frescos a preços acessíveis. Ativistas contactaram agricultores em áreas rurais próximas, convidando-os para mercados que eles organizaram, além de estabelecerem contato para colaborações de longo prazo. Os ativistas se organizaram de maneira regular, ainda que informal; os agricultores vendem produtos frescos por cerca da metade do preço de varejo usual. Essas relações foram formalizadas em contratos que estipulam que os agricultores não votariam no *Golden Dawn* (um partido neo-nazista, atualmente em terceiro lugar no lugares no Parlamento) ou apoiasse políticas racistas.

> O movimento em hibernação (relativa)

Hoje, muitas necessidades básicas das famílias locais são servidas por essa distribuição agrária informal. No entanto, após um pico no final de 2013, o alcance e as práticas do movimento e até mesmo sua identidade têm flutuado. Vários grupos anti-intermediários atualmente estão dormentes, há reuniões com menor frequência ou mesmo o abandono integral das atividades do mercado.

O principal problema do movimento anti-intermediário resulta de um contexto hostil. Cooperativistas enfrentaram inquéritos policiais quando eles não conseguiram obter licenças para seus mercados improvisados e alguns agricultores têm enfrentado multas por “ocupação ilícita de espaço público” - uma acusação legal normalmente ativada pela *Associação do Mercado Aberto de Salonica*, um grupo de lobby intermediário. O esgotamento pessoal também tem desempenhado certo papel: muitos ativistas decepcionaram-se com a relutância dos agricultores a assumir um papel de liderança na organização dos mercados.

Um segundo problema é mais complicado, relacionado com a preocupação dos ativistas sobre se essas operações informais poderiam garantir resiliência. Muitos ativistas discutiram a cooperativização formal, mas isso teria exigido um quadro político e jurídico progressivo.

É claro, esses esforços teriam apoio de um governo progressista. No início de Janeiro de 2015, nos meses que antecederam a entrada Syriza no governo, o movimento começou a entrar em uma fase de hibernação. Tendo enfrentado coerção estatal, e não conseguindo convencer totalmente os agricultores a se envolver mais diretamente no movimento, os ativistas esperaram condições mais favoráveis para a sua “economia solidária”. Esperando uma troca de governo, ativistas retiraram os esforços para fortalecer cooperativas informais. Alguns participantes nas assembleias de grupos

levantaram preocupações sobre a “cooptação”, mas a maioria dos ativistas de economia solidária esperada um clima muito diferente “uma vez que a esquerda leva o Estado”, como um ativista disse. Na verdade, muitas reuniões de grupo giravam em torno da ideia de que “estamos fazendo o que o Estado deveria estar fazendo”, e um ativista líder sugeriu em uma assembleia que “o movimento poderia facilmente se transformar em mobilização de agricultores assistidos por um Estado social.” Especialmente, quando membros do Syriza começaram a participar (ou “infiltração” nos grupos, como um ativista me disse meio brincando), houve um sentido claro de que Syriza iria solidificar uma nova era para a economia social.”

> Syriza no poder

Antecipando sua eleição, o partido criou uma organização destinada a reforçar os laços intragrupos e entre os grupos informais e o Estado. Este último ofereceu alguma publicidade internacional importante para a economia solidária, ecoando a popularidade da própria Syriza. Mas a plataforma do partido não possui como alvo o desenvolvimento do movimento sobre o nível de base. Ao invés disso, temos assistido a uma situação complexa em que vários ativistas tornaram-se mais envolvidos com o Syriza, enquanto outros se afastaram do movimento completamente.

Enquanto isso, a economia solidária de alimentos diminuiu progressivamente ambos em números e em recurso, embora alguns municípios progressistas começaram a organizar seus próprios mercados anti-intermediário. A maioria dos grupos de base originais hoje permanece em um limbo, oscilando entre o que alguns ativistas chamado de “cooptação” e outros chamado de “solidificação.” Descrevendo essa transformação parcial do movimento no âmbito do Estado, alguns ativistas usam o conceito popular “anathesi”, traduzido aproximadamente como “atribuição”, e sua prática como a política de atribuição, o que

reflete a ideia de que os movimentos de base pode conferir sua energia e potencial para a política estabelecida, atenuando, assim, a sua atividade.

Paradoxalmente, como a economia social cooperativa de base tem articulado com as políticas progressistas de um governo de esquerda radical, a Syriza no poder tem se revelado um obstáculo inesperado para o desenvolvimento da economia solidária, uma realidade que está localizada nas ligações entre partido e grupos informais e, mais importante, na expectativa de que a esquerda apoiaria a economia solidária. (Significativamente, a principal máxima nas eleições de janeiro era “a esperança está vindo”).

A mobilização política e o vigor do movimento de solidariedade têm diminuído, mas uma tomada importante do movimento anti-intermediário ainda é visível na paisagem política e civil de Salonica. Clínicas sociais e farmácias permanecem ativas e são relativamente formalizadas, enquanto uma loja de comida cooperativa criada pelo movimento anti-intermediário tem sido muito bem sucedida. Enquanto isso, o fracasso do Syriza na austeridade – na verdade introdução de um novo pacote de resgate e austeridade pelo partido – tem deslegitimado a esquerda institucional, aos olhos de muitos participantes de economia solidária, talvez alargando o fosso entre grupos de base e o governo. À luz do novo pacote de austeridade, o governo não terá margem de manobra para criar um quadro legal que apoie plenamente e promove cooperativas para a economia solidária. Poderia essa mudança revitalizar um movimento que, nas palavras de um ativista, “suruiu a partir da necessidade de material e de raiva emocional”? Isso continuaria a ser visto se essas novas dinâmicas puderem revigorar o movimento de solidariedade ou remodelar a relação desconfortável dos participantes com a política institucional de esquerda. ■

Contato com Theodoros Rakopoulos
<trakopoulos@gmail.com>

¹ Este artigo é baseado em trabalho de campo financiado pela Fundação Wenner-Gren para estudos antropológicos, Processo número 8856.

> Empresas recuperadas na Argentina

Por **Julián Rebón**, Universidade de Buenos Aires, Argentina



A fábrica de cerâmica Zanon, conduzida por trabalhadores em 2001, é uma das fábricas recuperadas mais proeminentes na Argentina.

É manhã de 11 de Agosto de 2014 no distrito de Garín de Buenos Aires: 400 trabalhadores da Donnelley Graphic encontram um aviso na porta da frente da fábrica, anunciando que a multinacional fechou seus negócios na Argentina. Trabalhadores se reúnem em uma assembleia, assumindo a planta. Organizada como uma cooperativa, eles logo reiniciam a produção.

Os trabalhadores da Donnelley contaram com uma estratégia que foi implantada por mais de 300 empresas na Argentina desde 2000: empresas retomadas. Trabalhadores de empresas em crise, muitas vezes se organizam em cooperativas de trabalho para executar a produção e defender seu trabalho. Essas estratégias de defesa incorporam os principais atributos do cooperativismo – democracia, associação voluntária e de propriedade coletiva – criando empresas que são mais democráticas e justas do que eram antes da aquisição.

Os trabalhadores começaram a “recuperar” as empresas na Argentina no final de 1990, especialmente após a crise geral de 2001. Reformas neoliberais da década de 1990

trouxeram a economia a um impasse, mas crise geral da Argentina favoreceu a propagação das empresas recuperadas por trabalhadores de duas maneiras. Primeiro, várias fábricas fecharam ou faliram durante esse período, levando a níveis sem precedentes de desemprego e de instabilidade empregatícia. Em segundo lugar, essa crise política aguda desencadeou processos sem precedentes de agitação social e de luta, em um contexto em que as empresas recuperadas por trabalhadores tornaram-se um movimento social. Para uma sociedade tão fortemente marcada por uma cultura de trabalho, protestar contra o desemprego tornou-se um projeto difundido e legítimo¹.

Como a crise socioeconômica e política diminuiu, alguns estudiosos previam que as empresas recuperadas por trabalhadores desapareceriam, o que não ocorreu. A figura abaixo mostra que, embora o número de novas fábricas recuperadas por trabalhadores atingiu o pico em 2002, as retomadas continuaram mesmo quando a economia melhorou e a taxa de desemprego diminuiu. Trabalhadores tiveram uma nova ferramenta socialmente reconhecida, que eles continuaram a implantar em novos contextos. A expansão também foi favorecida por taxas de desemprego que,



embora em declínio, permaneceram significativas (cerca de 7% ao longo dos últimos anos) e as condições políticas (pelo menos no nível federal) que não estavam adversas a esses processos.

As empresas recuperadas parecem ter surgido para ficar. De acordo com o Programa *Facultad Abierta*, da Universidade de Buenos Aires, 311 empresas recuperadas por trabalhadores empregados ocupam 13.642 trabalhadores na Argentina, em 2013. Apesar de metade destas empresas estarem localizadas na área metropolitana de Buenos Aires, 21 dos 24 distritos do país têm fábricas recuperadas. Essas são principalmente pequenas e médias empresas dos setores de metal, gráficas, têxteis e alimentos.



Fonte: Elaborado pelo autor com os dados do Programa *Facultad Abierta*, da Universidade de Buenos Aires.

As empresas recuperadas conseguiram manter e criar novos postos de trabalho, com apenas alguns casos de insucesso. No entanto, elas enfrentam diversos desafios e tensões. Por exemplo, sob a lei atual, os trabalhadores

que assumem uma fábrica são considerados trabalhadores por conta própria, o que reduz a aposentadoria, seguro de saúde e prestações familiares. As cooperativas de trabalhadores estão atualmente exigindo que o Estado reconheça especificamente a gestão dos trabalhadores, legalmente concedendo-lhes os mesmos benefícios sociais que os trabalhadores assalariados. Empresas autogeridas também enfrentam o desafio de determinar posse legal dos trabalhadores de unidades produtivas. Trabalhadores têm contato com as leis de uso público e de expropriação locais para obter a posse legal de fábricas, mas em alguns casos, estes têm sido insuficientes para resolver os direitos de propriedade, de modo que os resultados têm dependido do apoio das autoridades locais e juízes.

Em 2011, a *Lei de Falência ou Ley de Concursos y Quiebras* foi alterada de modo a que em caso de falência, os trabalhadores organizados em cooperativas possam utilizar os créditos trabalhistas (*acreencias laborales*) para comprar uma empresa falida. No entanto, essa lei não se aplica em todos os casos e que só agora está começando a ser usada. Nesse contexto de direitos de propriedade indefinidos, os trabalhadores correm o risco de despejo. Enquanto, eu estava terminando este artigo, a polícia estava expulsando trabalhadores no restaurante recentemente recuperado La Robla, enquanto os trabalhadores do Hotel Bauen também estavam enfrentando uma ordem de despejo. Embora empresas recuperadas sejam socialmente legítimas, elas ainda não são plenamente reconhecidas por lei. ■

Contato com Julián Rebón <julianrebon@gmail.com>

¹ Em 2012, o Instituto Gino Germani da Universidade de Buenos Aires realizou um levantamento em Aires Área Metropolitana de Buenos. Os resultados indicaram que 73% da população tinha conhecimento da existência de empresas recuperadas e que 93% deles consideraram este um desenvolvimento positivo.

> O fim do mundo ou o fim do capitalismo?

Por **Leslie Sklair**, London School of Economics, Reino Unido



| Ilustração por Arbu.

mente a cultura-ideologia do consumismo). Essas crises podem ser diretamente atribuídas à classe transnacional capitalista (constituída por frações de empresas, políticos, profissionais e consumistas) e seu sistema de valores dominantes, a cultura-ideologia do consumismo¹.

Aqui, eu simplesmente quero apontar para elementos-chave de uma progressiva transição não-capitalista. O primeiro é o tamanho. Corporações transnacionais enormes e grandes estados corporativos, servidos por enormes organizações de serviços de bens de consumo e profissionais, dominam a vida das pessoas em todos os lugares, por isso parece óbvio que as estruturas de menor escala podem funcionar melhor e permitir que as pessoas vivam vidas mais completas. Essa não é a fantasia do localismo celular; minha visão de uma globalização alternativa, radical e progressiva prevê redes de cooperativas de produtores e consumidores de pequeno porte (em inglês, *producer-consumer cooperatives* ou PCC) que cooperem em vários níveis, principalmente para assegurar um padrão de vida decente para todos no planeta.

Como as PCCs poderiam ser organizadas para libertar o potencial emancipatório da globalização genérica em um mundo não-capitalista? A resposta simples e encorajadora é que elas iriam trabalhar, nos primeiros estágios de transformação, pelo menos, tanto quanto milhões de grupos cooperativos de pequena escala trabalham atualmente em enclaves em todo o mundo. Os outros ensaios neste documento do simpósio inspiram histórias de ativismo progressivo e sensibilização crescente, mas, sem surpresa, todos eles são problemáticos. Sharryn Kasmir mostra que Mondragon – uma vez a maior esperança do movimento cooperativista – parece inevitavelmente comprometida no âmbito de um sistema capitalista global. Em seu estudo de caso sobre o *Uralungal Labour Contract Cooperative Society* em Kerala, Michelle Williams revela as condições necessárias para o controle dos trabalhadores genuínos, mas suas conclusões sugerem que o seu futuro não é seguro. Na entrevista com Paul Singer, a evolução da Economia Solidária no Brasil oferece resultados encorajadores em tirar as pessoas da pobreza, mas continua a ser uma tarefa enorme, e não

É mais fácil imaginar o fim do mundo”, foi dito, “do que imaginar o fim do capitalismo” – uma verdade profunda sobre a era da globalização capitalista. Muito mais tem sido escrito sobre os males do capitalismo do que sobre como um mundo não-capitalista poderia parecer, especialmente no contexto dos chamados socialistas e comunistas do passado recente. Para ir além disso, temos que começar novamente. Meu argumento é que as perspectivas de mudança progressiva são vistas como processos de muito longo prazo para negar, evitar e, eventualmente, descartar da história global, o capitalismo, a social-democracia e as formas de Estado que eles criaram.

“ Por que a globalização capitalista está no limite de falhar em trazer prosperidade, felicidade e paz para toda a humanidade? As duas falhas fatais do capitalismo são as crises de polarização de classes (os ricos ficam mais ricos, os mais pobres estão sempre conosco, e a classe média está cada vez mais insegura) e de sustentabilidade ecológica (uma consequência inevitável de ambos os dogmas capitalista e socialista de crescimento que promoveram incansavel-

está claro como a sociedade como um todo poderia ser alterada. A análise das fábricas autogeridas na Argentina de Julián Rebón provoca perguntas sobre porque um Estado capitalista tornaria mais fácil para eles prosperarem ou mesmo sobreviverem, assim como faz a pesquisa de Theodoros Rakopoulos sobre os mercados anti-intermediários na Grécia, nos quais a “apreensão” esquerdista do estado do Syriza parece inibir em vez de apoiar o movimento.

Nenhuma dessas iniciativas indica uma maneira de sair da exploração capitalista ou da insustentabilidade ecológica, e nenhuma delas realmente problematiza o papel do Estado – seja de esquerda, de direita ou de centro – nem como essas iniciativas trabalham com o mercado de consumo capitalista. Concluo que todos os estados acabam sendo hierárquicos, e que só em comunidades de pequena escala, como as PCCs, ligadas localmente ou globalmente através da internet, podemos evitar esse terreno escorregadio inevitável.

Em *Cadernos do Cárcere*, Gramsci disse que, em períodos de crise, o velho está morrendo e o novo ainda não nasceu. Enquanto Gramsci chamou a atenção para os sintomas mórbidos de tal situação (em 1930) a nossa crise é diferente, e eu quero chamar a atenção para os sintomas mais esperançosos (esperando para nascer) de nossa crise atual da hegemonia capitalista.

A viabilidade de iniciativas que tentam evitar a concorrência com o mercado e escapar do estado hierárquico repousa sobre muitas suposições não testadas. A primeira suposição é a de que aqueles que fazem tarefas essenciais do dia-a-dia iriam continuar a fazer o seu trabalho em uma PCC em detrimento de grandes corporações e suas afiliadas locais: uma multidão de pessoas que atualmente trabalha em setores privado ou público, direta ou indiretamente, estabelece PCCs em suas comunidades locais que produzem alimentos, organização de transporte, criação de lugares de aprendizagem e transmissão de competências, que prestam cuidados de saúde, que executam os sistemas de energia, e assim por diante. As PCCs já fazem isso em todo o mundo em pequena escala, mas tais iniciativas lutam dentro dos mercados capitalistas. Os esquemas de agricultura apoiados pela comunidade em várias partes do mundo representam um primeiro passo em um longo e difícil caminho para a autossuficiência nessa esfera.

As ideologias neoliberais argumentam que não há alternativa à globalização capitalista. Se nos recusarmos a acreditar nelas e começarmos a criar alternativas e essas alternativas se provarem ser bem sucedidas em seus próprios termos, em seguida, a lógica do mercado pode ser refutada, minada ou simplesmente ignorada. Enquanto escrevo isso, eu posso ver os sorrisos daqueles que gostariam de acreditar nisso, mas acham inacreditável. Há cem anos atrás, sugestões de que os órgãos humanos poderiam ser transplantados com sucesso, de que seríamos capazes de testemunhar acontecimentos ao

vivo em qualquer parte do mundo, que poderíamos caminhar na lua, que viagens intercontinentais poderiam ser realizadas dentro de horas e que a comunicação visual ocorreria quase instantaneamente, também teriam sido descartadas como inacreditáveis. Da maneira que diz a convocação do Fórum Social Mundial: “*Outro mundo é possível*”.

Com poucas exceções, a sociologia é silenciosa sobre essas questões; até mesmo levantá-las leva à ameaça desconfortável dos guardiões do profissionalismo ridículo sem valor weberiano. Não é de surpreender que as escolas de pós-graduação e os organismos de financiamento são geralmente relutantes em apoiar a pesquisa ao longo de linhas não-capitalistas. A ironia é que há, é claro, um grande volume de pesquisas que são críticas de muitas facetas da sociedade capitalista, mas praticamente nenhuma delas questiona o próprio capitalismo ou levanta questões em torno da sociedade não-capitalista; mesmo um pensador avançado e progressista como E. O. Wright mais ou menos chega a essa conclusão em seu amplamente aclamado *Envisioning Real Utopias* [Prevendo Utopias Reais].

Mas o tempo está maduro para uma nova sociologia radical e progressista começar a enfrentar esse desafio da teoria e pesquisa sobre a sociedade não-capitalista. Isso envolveria desafiar o dogma do crescimento cada vez maior, o esteio da globalização capitalista, a social democracia e o marxismo ortodoxo. Isso já está sendo discutido através da idéia de decrescimento de convívio. Certamente significaria que os mais ricos se tornassem menos ricos e os mais pobres se tornassem mais ricos em bens materiais, embora todos se beneficiariam de riquezas imateriais. A cultura-ideologia do consumismo seria substituída por uma cultura-ideologia dos direitos humanos e responsabilidades, privilegiando um sério compromisso com um padrão decente e sustentável de vida para todos.

Somente ao ignorar o mercado podemos escapar às consequências catastróficas inevitáveis da globalização capitalista. É certo que isso soa totalmente irrealista, mas apenas se não formos capazes de reconhecer o calcanhar de Aquiles do capitalismo consumista mundial: ele é baseado na soberania do consumidor, e os consumidores não podem ser forçados a consumir *junk food* e bebidas, cultura inútil, vícios inúteis. O poder do *marketing* capitalista, publicidade e os aparatos ideológicos estatais-corporativos são formidáveis, mas se os pais podem ser levados à plena consciência de como o mercado danifica a eles e aos seus filhos, ainda há esperança para o planeta e todos aqueles que vivem nele. No entanto, é difícil começar a imaginar o fim do capitalismo e do Estado hierárquico, e a necessidade de decrescimento, quanto mais o abandonarmos mais difícil será para alcançá-lo. ■

Contato com Leslie Sklair <l.sklair@lse.ac.uk>

¹ Já escrevi sobre esses temas em *The transnational Capitalist Class* (Oxford: Blackwell, 2001) e *Globalization: Capitalism and its Alternatives* (Oxford: Oxford University Press, 2002).

> Contestando a acumulação neo-extrativista na América Latina

Por **Maristella Svampa**, Universidade Nacional de La Plata, Argentina



Protesto mapuche contra a mineração na Argentina.

bens primários (*commodities*) - muitas vezes através de grandes investimentos (*mega ventures*), ameaçando ter impacto negativo nos territórios e ecossistemas – o neo-extrativismo engloba a mega-mineração a céu aberto, a exploração de hidrocarbonetos, as grandes hidrelétricas (para extração), a expansão da pesca e o desmatamento, e, claro, o agronegócio (cultivos transgênicos, como soja, óleo de palma e biocombustíveis).

Eu tenho chamado a atual fase de acumulação do capital de “consenso das *commodities*” (Svampa, 2011, 2013), reconhecendo que, em contraste com a década de 1990, as economias latino-americanas de hoje foram favorecidas por um boom nos preços internacionais das *commodities*. Os governos latino-americanos têm respondido, destacando as vantagens e minimizando as novas desigualdades, bem como as assimetrias ambientais, econômicas e sociais produzidas pela divisão internacional do trabalho e do território. A maioria dos estados afirma uma visão produtivista do desenvolvi-

Em toda a América Latina, ativistas e intelectuais estão questionando a dinâmica de acumulação de capital e modelos de desenvolvimento, e debatendo categorias como neo-extrativismo, bem-viver ou o direito a uma vida boa, bens comuns e os direitos da natureza. Questionando a sustentabilidade dos modelos de desenvolvimento contemporâneos, esses críticos sugerem simultaneamente outras possíveis relações entre sociedade, economia e natureza. Esses debates foram especialmente aquecidos no Equador e na Bolívia, onde os governos popular-

mente eleitos no início do século 21 pareciam prontos para buscar caminhos alternativos de desenvolvimento.

Mas esses debates tornaram-se cada vez mais complexos. Como os governos têm expandido a exploração dos recursos naturais, uma crítica ao neo-extrativismo começou a tomar forma. O “Neo-extrativismo”, referindo-se a um padrão de acumulação baseado na sobre-exploração dos recursos naturais, tornou-se um termo-chave na gramática política dos movimentos sócio-territoriais, indígenas e organizações camponesas. Caracterizado pela exportação em larga escala de



mento, rejeitando críticas em torno de quaisquer impactos negativos e ignorando os protestos sociais.

O Consenso das *Commodities* destaca o amplo retorno da região às atividades de extração primária, um processo agravado pelo papel cada vez mais importante desempenhado pela República Popular da China, principal consumidor de *commodities* da América Latina. Em 2013, a China foi o principal destino das exportações chilenas e brasileiras; foi o segundo destino mais importante para as exportações de Argentina, Peru, Colômbia e Cuba; e, em terceiro lugar, para o México, Uruguai e Venezuela (Slipak, 2014).

> Fases do consenso das commodities

O Consenso das *Commodities* passou por várias fases. Suas origens estão na globalização neoliberal e no Consenso de Washington nos anos 1990, que produziram profundas transformações nas sociedades e economias latino-americanas, enquanto os Estados favoreceram as empresas multinacionais e as novas leis abriram o caminho para atividades extrativas como a mega-mineração, a extração de petróleo, e o cultivo de plantas transgênicas.

No final de 1990, intensos movimentos sociais antineoliberais surgiram na Bolívia, Equador, Argentina, entre outros países. Mas os governos progressistas que surgiram através destes processos confrontaram limitações severas e conflitos. Quando os preços internacionais de produtos primários cresceu em 2003, o Consenso das *commodities* decolou, combinando alta rentabilidade e vantagens comparativas. Essa primeira fase foi caracterizada pela repressão de conflitos associados às atividades de extração, enquanto a maioria dos Estados desenvolveu novas associações estreitas com o capital multinacional privado. Apesar da retórica nacionalista, ao

longo da década que se seguiu, os projetos de extração aumentaram, e as grandes corporações transnacionais ganharam um lugar mais central nas economias nacionais.

A partir de 2009-2010, uma segunda fase foi caracterizada por uma maior expansão em projetos de extração: no caso do Brasil, o Programa de Aceleração do Crescimento prevê várias barragens na Amazônia; na Bolívia, o *gran salto industrial* ou grande salto industrial, promete vários projetos de extração (gás, lítio, ferro, agronegócio); para o Equador, a mega-mineração será desenvolvida; o Plano Estratégico da Venezuela irá expandir a extração de petróleo na Faixa do Orinoco; o Plano Estratégico Agroalimentar da Argentina 2010-2020 prevê um aumento de 60% na produção de soja, bem como extração de gás da rocha de xisto e mega-mineração.

A mega-mineração tem dado origem a uma grande tensão sócio-ambiental. De acordo com o Observatório de Conflitos de Mineração na América Latina, houve 120 conflitos na América Latina em 2010 que afetaram cerca de 150 comunidades. Em 2012, 161 conflitos envolveram 173 projetos que afetaram 212 comunidades, enquanto que, em 2014, o número de conflitos aumentou para 198 envolvendo 207 projetos em 296 comunidades. Em abril de 2015, 208 conflitos documentados envolveram 218 projetos e 312 comunidades afetadas. O México teve a mais alta classificação, com 36 conflitos, seguido pelo Peru, com 35; Chile, com 34; Argentina, com 26; Brasil, com 20; Colômbia, com 13; Bolívia, com 9; e Equador com 7 (<http://www.conflictosmineros.net/>).

Na fase atual, algumas lutas socio-ambientais e territoriais transcendem a política local, adquirindo visibilidade nacional. Essas incluem os esforços para proteger o Território Indígena e o *Parque Nacional Isiboro Sécuré na Bolívia* (TIPNIS), onde a população

local se opõe à construção de uma auto-estrada; esforços para bloquear uma mega-barragem em Belo Monte, no Brasil; a resistência contra a mega-mineração em várias províncias da Argentina; e, em 2013, a suspensão definitiva da Iniciativa Yasuní-ITT e da militarização da área de Intag no Equador, uma área de resistência pioneira à mega-mineração. A inquietação também está presente em países com governos neoliberais ou conservadores. No Peru, a resistência a um projeto de mineração no Conga entre 2011 e 2013 levou a 25 mortes; e, no México, os protestos contra a mega-mineração e a construção de barragens têm continuado apesar do aumento da repressão e violência.

A maioria dos governos apoia as atividades extrativas, criminalizam e reprimem protestos, e limitam a participação política por parte das populações locais e nativas. A crescente exploração pelo capital de recursos naturais, bens e territórios tem colocado sérias limitações sobre os direitos coletivos e ambientais, esmagando as narrativas emancipatórias que criaram essa esperança em países como Bolívia e Equador. Um aumento da diferença entre discurso e prática e a criminalização dos protestos contra as atividades extrativistas apontam para um recuo democrático: uma mudança de governos progressistas ou populares em relação a regimes mais tradicionais de dominação baseados em modelos populistas e de desenvolvimento nacional clássicos. ■

Contato com Maristella Svampa
<maristellasvampa@yahoo.com>

Referências

Slipak, A. (2014) "Un análisis del ascenso de China y sus vínculos con América Latina a la luz de la Teoría de la Dependencia." *Realidad Económica* 282: 99-124.

Svampa, M. (2011) "Modelo de Desarrollo y cuestión ambiental en América Latina: categorías y escenarios en disputa," in F. Wanderley (ed.), *El desarrollo en cuestión. Reflexiones desde América Latina*, CIDES, OXFAM y Plural, La Paz.

----- (2013) "Consenso de los 'Commodities' y lenguajes de valoración en América Latina" in *Nueva Sociedad*, 244.

> Extrativismo vs. *Buen Vivir* no Equador

Por **William Sacher** e **Michelle Báez**, FLACSO (Instituto Latino-Americano de Ciências Sociais), Equador



Construção do campo da futura mina a céu aberto de cobre Mirador, em Tundayme, Zamora-Chinchipe, Equador. Foto por Omar Ordoñez.

Em 2007, o presidente Rafael Correa despertou grande interesse regional e internacional com seu projeto político pioneiro, La Revolución Ciudadana [Revolução Cidadã]. Em 2008, a Assembleia Constituinte aprovou uma nova Constituição que promovia os direitos da natureza e, em 2009, o primeiro plano de desenvolvimento do governo (*Plan Nacional para el Buen Vivir* [Plano Nacional para uma Boa Vida]) reverteu o paradigma dominante de desenvolvimento, reconhecendo a “impossibilidade de continuar a rota extrativista devastadora para os países do Sul”. Além disso, a pioneira Iniciativa Yasuní-ITT, pedindo a suspensão da extração de petróleo na Amazônia equatoriana, em troca de doações da comunidade internacional, prometeu uma mudança radical no sentido de um Equador pós-extrativista. Após sete anos de implementação do chamado projeto político *Revolución Ciudadana*, qual é o efeito das políticas de Correa em relação às indústrias de mineração e de petróleo? O que resta a partir dessas propostas iniciais e da esperança que

encarnaram?

> A expansão das frentes extrativistas

Ao longo dos últimos anos, o presidente Correa tem continuamente favorecido a expansão das fronteiras extrativistas. No setor de petróleo, novas concessões abriram mais de três milhões de hectares da Amazônia para a perfuração durante as duas últimas rodadas de licitação de petróleo. Em 2013, o Equador abandonou a iniciativa ITT, sinalizando que partes do Parque Nacional Yasuní – lar de vários grupos indígenas, entre eles, povos em isolamento voluntário – estavam abertas para a extração. Da mesma forma, desde 2009, o governo tem apoiado numerosos mega-projetos de mineração, muitos deles lançados durante o período neoliberal, com o objetivo de transformar o Equador em um país de mineração. Atualmente, uma dúzia de projetos de mineração de cobre e ouro continuam, localizados em áreas altamente sensíveis, incluindo territórios indígenas e áreas



de alta diversidade biológica e depósitos de água.

Os mais importantes projetos de mineração são propriedade de empresas transnacionais: a empresa estatal chilena *Codelco*, que detém o projeto *Llurimagua* na área de *Intag*; as novas empresas de mineração canadenses como *Lundin Mining*, *Cornerstone* e *Dynasty Metals*, que continuam a desenvolver seus ativos equatorianos em um “paraíso legal” no Canadá; e as estatais chinesas *Tongling* e *China Railways*. Apesar da criação de uma empresa de mineração estatal, a *ENAMI* (Empresa Nacional de Mineração), o Equador não tem controle sobre sua produção futura de mineração.

No setor de petróleo, o novo governo aumentou com êxito as receitas do Estado a partir da renegociação dos contratos de petróleo e aumentou a participação de empresas estatais. No entanto, novas áreas de perfuração são principalmente destinadas a empresas estrangeiras. Além disso, e de forma significativa, o Equador recebeu mais de US\$ 10 bilhões em empréstimos de bancos chineses ao longo dos últimos cinco anos, o que levou a um desvio permanente da produção de petróleo do Equador, já que essa dívida é reembolsada em barris de petróleo para empresas chinesas. Portanto, hoje, espera-se que 90% da produção de petróleo do Equador vá para essa dívida.

> Acumulação por espoliação

Nos territórios de petróleo e mineração, empresas e agências estatais usam o quadro jurídico criado pela *Revolución Ciudadana* para despojar pessoas de suas terras e tomar o maquinário de empresas de mineração de médio porte para estabelecer as condições materiais necessárias para a implementação de atividades extrativistas de grande escala.

Esses processos - exemplos claros da “acumulação por espoliação” de David Harvey – levaram à (re)constituição de inúmeros movimentos anti-extração, que temem futuras catástrofes ambientais e sociais, tais como as que ocorreram ao longo dos últimos 40 anos de exploração do petróleo na Amazônia equatoriana. Esses movimentos sociais incluem as comunidades camponesas e indígenas da Amazônia, como os povos *Sarayaku*, *Shuar* e *Mestizo* da Cordilheira do *Condor*; as populações que vivem nas florestas úmidas de *Intag* e *Pacto*; as pessoas das áreas de *charneca*; e as organizações urbanas, como *Yasunidos*, que exigem um referendo popular sobre a decisão de explorar o Parque Nacional *Yasuní* – um referendo que não foi aprovado pelo Conselho Nacional Eleitoral.

> Marginalização, repressão e criminalização dos movimentos sociais

O governo rejeitou essas críticas dos movimento em relação às políticas extrativistas. Tanto nos comunicados de imprensa do governo quanto nas transmissões aos sábados

pelo presidente Correa (*Sabatinas*), os meios de comunicação estatais chamam aqueles que se opõem ao modelo extrativista de “infantis”, descrevendo o extrativismo como a única rota para o “desenvolvimento” e o “progresso”.

O direito penal tem sido usado para aprisionar os resistentes anti-extração (especialmente através do uso de categorias como “terrorismo” e “sabotagem”). Outras ferramentas legais (tais como o código 16) têm sido utilizadas para fechar ONGs como a *Pachamama*, conhecida por seu apoio aos povos da Amazônia em suas lutas contra as companhias petrolíferas.

Finalmente, o aumento da presença militar e da polícia em áreas de extração de petróleo e mineração espalhou terror entre as populações locais e até mesmo resultou em várias mortes. A intimidação silenciou críticos ativistas e da sociedade civil de forma ampla, tornando impossível um debate público sobre a pertinência do modelo extrativista.

Em outro trabalho (Sacher, 2010) temos chamado estados que colocam sua estrutura a serviço da acumulação de capital pela mega-mineração ou pela extração de petróleo de “*mineral-states*” [“Estados-mineradores”] ou “*petro-states*” [“petro-Estados”]. Com a implementação do projeto político *Revolución Ciudadana*, o estado equatoriano agora cria as condições materiais e sociais necessárias para desenvolver essas atividades. Ao longo dos últimos anos, Rafael Correa transformou o anterior Estado neoliberal do Equador – que mal existia em muitos dos territórios do país – em um Estado-petro-minerador.

> O que resta da “Buen Vivir”?

Correa e as políticas extrativistas do seu governo estão em desacordo com sua retórica oficial. As declarações oficiais denunciam modelos de “desenvolvimento” e o crescimento econômico, a exploração de seres humanos e da natureza, exigindo o fim do extrativismo. No entanto, as práticas reais do governo não conseguem encarnar o espírito da Constituição de 2008. O governo argumenta que as empresas de mineração e petróleo realizarão a exploração “responsável” dos recursos naturais e que o extrativismo de hoje é um passo necessário para o seu abandono no amanhã. Mas, como o filósofo equatoriano David Cortez colocou, a “*Sumak Kawsay*” (*Buen Vivir*) de Correa não forneceu um novo paradigma de desenvolvimento, mas foi um instrumento para legitimar políticas de extrativismo agressivo, e até mesmo uma nova tática de poder. ■

Contato com William Sacher <william.sacher@mail.mcgill.ca> e Michelle Báez <baemic@gmail.com>

Referências

Sacher, W. “The Canadian mineable pattern: institutionalized plundering and impunity.” *Acta Sociológica* 54, January-April 2010, pp. 49-67.

> Luta pelos bens comuns no México

Por **Mina Lorena Navarro**, Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, México



Peixes mortos no rio Santiago, México.

Nos últimos quinze anos, ganharam força no México as lutas contra o que Maristela Svampa (2013) chamou “Consenso das Commodities” – são conflitos em torno do acesso, controle e gestão dos recursos naturais comuns. No centro desses conflitos encontra-se um tipo de extrativismo que mercantiliza a riqueza social em nome da acumulação de capital, e que envolve três processos (Navarro, 2015):

- O desenvolvimento de um novo setor alimentício agroindustrial de escopo transnacional, o qual exclui os pequenos produtores rurais e solapa as economias camponesas;

- A construção de autoestradas, portos, aeroportos, ferrovias e mega-projetos turísticos ligados ao novo extrativismo;
- E a fragmentação do tecido social resultante dos grandes projetos de infraestrutura e da expansão urbana, que ameaça áreas protegidas e de cultivo.

Essas mudanças foram aceleradas pelos capitais nacional e transnacional em aliança com distintos níveis de governo e com o crime organizado. Estratégias jurídicas que envolvem cooptar, disciplinar e dividir comunidades trabalham a favor dessas novas esferas de exploração e de propaganda.



De fato, aumentaram significativamente as detenções e a violência contra os que participam das lutas em defesa dos bens comuns. O Centro Mexicano de Direito Ambiental (CMDA) reportou 44 assassinatos de ambientalistas entre 2005 e 2013; no mesmo período, ocorreram 16 casos de criminalização, 14 casos de abuso da força e 64 detenções ilegais. Apesar da opressão, continuaram surgindo movimentos de resistência em todo o México, liderados principalmente por comunidades indígenas e camponesas bem como, mais recentemente, por grupos urbanos autonomistas. Comunidades rurais lançaram ofensivas estratégicas para boicotar a construção de barragens de usinas hidrelétricas que as ameaçam de realocação e colocam em risco sua subsistência. Em Guerrero, o *Conselho de Ejidos e Comunidades* (CECOP) tornou-se famoso por sua campanha bem sucedida (que durou 12 anos) contra a construção da barragem de Parota.

Ao mesmo tempo, nos últimos 15 anos, o governo mexicano entregou 24.000 concessões de mineração a céu aberto e de perfuração para a extração de gás de xisto. A profusão de Organismos Geneticamente Modificados é outra arena em que há forte resistência das comunidades camponesas e indígenas. Como resultado de sua determinação, esses movimentos recentemente ganharam um processo que paralisou a concessão de licenças às corporações para plantar milho geneticamente modificado. Outros conflitos ocorrem ao redor de projetos infraestruturais de construção de autoestradas, estradas de ferro, portos e aeroportos que visam reduzir o custo de transporte de matérias primas. A Frente Popular em Defesa da Terra em Atenco, estado do México, conseguiu, mais uma vez – como em 2001 –, barrar a construção do Novo Aeroporto Internacional da Cidade do México. Mega-projetos turísticos colocaram em risco comunidades de camponeses e pescadores, assim como zonas de rica biodiversidade. A luta da comunidade de Cabo Pulmo tornou-se simbolicamente importante porque conseguiu frustrar um mega-projeto devastador que ameaçava uma das barreiras de coral mais importantes do mundo.

Em cidades como a Cidade do México e Puebla, dezenas de movimentos buscam impedir a implementação de

projetos de infraestrutura em áreas protegidas ou utilizadas para agricultura. Muitos bairros são afetados por lixões a céu aberto e por depósitos de lixo tóxico, assim como por rios e canais poluídos. Houve grandes contaminações por substâncias tóxicas causadas pelo extrativismo a céu aberto, como os 40 milhões de litros de sulfato de cobre que vazaram no Rio Sonora, no norte do México, afetando cerca de 23.000 moradores que agora estão organizados sob a *Frente Unida Contra o Grupo México*. Além disso, ocorreram explosões e grandes vazamentos em decorrência das operações da PEMEX, a companhia estatal de petróleo.

Ainda que nem sempre as comunidades tenham conseguido defender seus territórios, elas em geral conseguiram atrasar e em alguns casos parar mega-projetos. Isso foi possível por meio de auto-organização coletiva e pela mobilização construída com base em formas tradicionais de governo. Por exemplo, as comunidades indígenas de Cherán e Michoacán conseguiram conter a destruição de suas florestas e defender suas comunidades tanto dos madeireiros quanto do crime organizado.

Sem dúvidas, essas lutas ensinam muito, tanto ao mostrar os perigos do desenvolvimento capitalista quanto ao apontar alternativas possíveis para proteger a reprodução da vida humana e não humana. As lutas pelos bens comuns têm dois objetivos em seu horizonte político: primeiro, a reapropriação do político para transformar nossas próprias comunidades; segundo, a reapropriação das capacidades e condições para a reprodução simbólica e material autônoma da vida. A regeneração e a proteção dos bens comuns são a base da existência humana e o problema de se as comunidades poderão regular o acesso e o uso desses bens é uma questão central na crise atual da civilização. ■

Contato com Mina Navarro <mina.navarro.t@gmail.com>

Referências

- Navarro, M. L. (2015) *Luchas por lo común. Antagonismo social contra el despojo capitalista de los bienes naturales en México*. Mexico: ICSyH BUAP/ bajo tierra ediciones.
- Svampa, M. (2013) "Consenso de los 'Commodities' y lenguajes de valoración en América Latina" in *Nueva Sociedad*, 244.

> O novo extrativismo na Argentina

Por **Marian Sola Álvarez**, Universidade Nacional de General Sarmiento, Argentina



Protesto contra mineração em Mendoza, Argentina.

A Argentina é um caso emblemático de expansão das atividades extrativas – agronegócio, mega-mineração e, mais recentemente, exploração de hidrocarbonetos não-convencionais por meio de perfuração por fraturamento hidráulico. Uma expansão que tem ocasionado o surgimento de múltiplos conflitos e movimentos anti-extrativistas.

Com a emergência do agronegócio e sua consolidação enquanto modelo de produção agrícola, a Argentina entrou no mercado global como um dos maiores produtores de soja transgênica. A elevação dos preços dos produtos primários, entre outros fatores, aumentou dramaticamente a extensão de terra destinada ao cultivo de soja em larga escala, de 370.000 hectares em 1996 para mais de 20,5 milhões de hectares em 2014-2015. Ainda que a produção massiva de soja e milho, majoritariamente destinados para exportação, tenha acelerado a concentração de terras em mãos es-

trangeiras, imagina-se que o cultivo da terra esteja enraizado em tradições agrícolas nacionais – uma percepção que limita o debate acerca das vantagens e desvantagens do modelo de agronegócio.

Mesmo assim, muitas formas de resistência surgiram para se contrapor ao modelo da soja. Grupos de cidadãos e de vizinhos, sob o slogan *Parem de Fumigar* (*Paren de Fumigar*), condenaram os efeitos da fumigação em áreas habitadas; vários grupos organizaram protestos contra a monocultura da soja, criticando seu impacto sobre terras nativas e sobre a biodiversidade local; e comunidades camponesas e indígenas buscaram barrar sua expulsão dos territórios que ocupam, exigindo o cumprimento da Lei Florestal Nacional.

A mineração se tornou cada vez mais relevante ao longo dos anos 1990. Nos anos 2000, a mineração a céu aberto cresceu exponencialmente no país. A extração de metais, especialmente

ouro e cobre, tornou-se o segundo setor que mais cresce em exportações na Argentina, atrás apenas da soja. De acordo com o Ministério Nacional da Mineração, as exportações do setor cresceram 434%, ao passo que o número de projetos cresceu 3,311%. As autoridades locais concederam muitas licenças de mineração em áreas rurais protegidas e em povoações e cidades.

As políticas neoliberais na Argentina claramente estimularam a extração mineral em larga escala, tendo ocorrido apenas algumas pequenas mudanças desde 2007. O marco legal do país contribuiu para a expansão do novo modelo extrativista ao garantir “segurança jurídica” e lucros altos. A organização federal do Estado Argentino e as reformas constitucionais de 1994 deram às unidades subnacionais um papel central no estabelecimento de mega-projetos. Como resultado, a mega-mineração varia de acordo com a atuação dos governos subnacionais, com a presença de atores locais



exercendo pressão favorável ou contrária ao desenvolvimento de determinados setores e, ainda, de acordo com a dinâmica política, econômica e cultural local.

A resistência organizada contra novos projetos de mineração e seus efeitos está amplamente disseminada na Argentina. Numerosos movimentos emergiram em áreas com projetos de mineração, frequentemente encaixados por “assembleias de autoconvocados” (*asambleas de autoconvocados*). Todavia, esses grupos dispõem de canais limitados para expressar publicamente sua oposição à extração, dado que os governos provinciais censuram e criminalizam os protestos de cunho social e ambiental. Além disso, esses grupos têm dificuldades para acessar as informações públicas e para desempenhar no interior das agências ambientais estatais.

As políticas neoliberais não apenas ajudaram a expandir a produção de soja e os novos projetos de mega-mineração, mas também abriram caminho para a extração de hidrocarbonetos não-convencionais por fraturamento hidráulico (*fracking*), um processo

complexo e controverso que traz sérios riscos sociais e ambientais. A técnica tem sido utilizada por grandes corporações transnacionais, mas em contrapartida o governo avançou no sentido da soberania sobre a energia e os hidrocarbonetos não-convencionais através da YPF – um movimento efetivo, no mínimo em termos simbólicos, uma vez que a empresa nacional ao menos traz a promessa de recuperar a autossuficiência energética.

Em 2013, um acordo entre YPF, Chevron e a província de Neuquén marcou o início do fraturamento hidráulico em larga escala na Argentina. Desde então, a descoberta de gás de xisto em *Vaca Muerta*, combinada à estigmatização dos oponentes do fraturamento hidráulico e ao silenciamento em torno dos acidentes reduziu o espaço para vozes dissidentes. Ainda assim a resistência nas províncias cresceu, em especial na Patagônia, onde assembleias, organizações multisetoriais e comunidades indígenas passaram a se envolver em lutas pela água e pelos territórios. Em várias províncias, inclusive Buenos Aires e Entre Ríos, foram aprovadas leis locais proibindo a intensificação da exploração de recursos

naturais.

A expansão das atividades extrativas também está conectada com a construção e reativação de grandes usinas hidrelétricas e nucleares, assim como a grandes projetos infraestruturais de apoio ao agronegócio, mineração em larga escala e extração de hidrocarbonetos não-convencionais. Arranjos político-institucionais específicos, favoráveis à mercantilização e à extração de recursos naturais, foram engendrados por vários atores hegemônicos, oferecendo às empresas transnacionais o poder de moldar a vida nos territórios afetados.

Questionar o novo extrativismo coloca-nos diante de muitos desafios, mas também dá a oportunidade de debater que tipo de sociedade queremos. Apesar das assimetrias, o envolvimento das comunidades nos debates sobre questões que afetam profundamente os direitos humanos, sociais, territoriais e ambientais é vital para a construção de sociedades mais democráticas. ■

Contato com Marian Sola Álvarez <mariansola@yahoo.com.ar>

> Uma vida dedicada à sociologia aberta

Por **Mikhail Chernysh**, Academia Russa de Ciências, Moscou, Rússia, membro do Comitê de Pesquisa sobre Classes Sociais e Movimentos Sociais (RC47) e do Grupo Temático sobre Direitos Humanos e Justiça Social (TG03), ambos da ISA.



Vladimir Yadov.

Vladimir Yadov pertenceu a uma geração de russos que nasceu antes da Grande Guerra (Segunda Guerra Mundial), mas cresceu depois dela. Ele nasceu em Leningrado, uma cidade em que cada pedra guarda memórias de bravura, auto-sacrifício e tragédia, da crueldade dos expurgos de Stalin e do trauma do Cerco de 900 Dias. Foi o lugar de impressionantes

erupções de espírito criativo, ligadas a nomes como os de Akhmatova, Shostakovich e Brodsky.

Em 1945, Yadov tinha 16 anos e sonhava se tornar piloto. Ao formar-se no ensino secundário, matriculou-se em um curso de treinamento para pilotos militares, mas não pôde prosseguir. Era dada preferência aos mais fortes, e ele era magro demais. Ele mudou de

curso, mas se manteve fiel ao sonho de transcender o horizonte e ver o sol por detrás das nuvens. Yadov matriculou-se no departamento de filosofia da Universidade Estatal de Leningrado, formou-se com distinção e prosseguiu para a pós-graduação. No começo dos anos cinquenta, defendeu sua dissertação sobre *"Ideologia como uma forma de atividade espiritual"*. Voltou-se para a Sociologia depois de conhecer



Igor Kon. Era um novo campo de pesquisa que acabara de se abrir em meio à atmosfera de degelo pós-stalinismo.

A sociologia não era reconhecida oficialmente na União Soviética naquela época. As autoridades a consideravam uma usurpação perigosa no interior do comunismo científico, o qual supunha-se que deveria oferecer ferramentas explicativas perfeitas para tudo o que acontecesse na sociedade soviética. Yadov estava, portanto, em terreno perigoso quando tomou a decisão de realizar um dos primeiros estudos empíricos na história soviética. O tema era verdadeiramente desafiador: o estudo buscava testar a hipótese marxista de que as novas condições soviéticas dariam à luz o Homem Novo, um novo tipo de indivíduo disposto a sacrificar seu próprio bem-estar em proveito do bem comum. O trabalho resultou em um livro tido como marco fundamental da sociologia russa: *Man and His Work* (O Homem e seu Trabalho).

As atitudes em relação ao socialismo variavam entre extremos. Seus defensores exaltavam o novo sistema como a sociedade mais avançada na história da humanidade. Já seus críticos o descreviam como um “império maléfico” que fazia desabrochar as piores características da natureza humana. Yadov mostrou que o Homem Soviético não era diferente dos homens e mulheres

de outros países. O Homem Soviético desejava que a Rússia fosse próspera, mas também traçava sua própria trajetória pessoal, perseguindo o sonho da felicidade e das conquistas pessoais. Daí em diante, Yadov nunca ocultou sua forte recusa ao essencialismo. Manifestou-se calorosamente contra todas as tentativas de encontrar “uma sociologia indígena” capaz de crescer apenas dentro de fronteiras nacionais. Não pode haver uma bicicleta que-niana, dizia; todas as bicicletas têm muito em comum. Yadov defendeu fortemente a integração da sociologia russa à comunidade internacional de cientistas sociais, em busca de unir esforços para explorar a modernidade em todas as suas formas.

Yadov foi apenas um em um grupo de cientistas que desafiaram a primazia da ideologia soviética. Igor Kon, Tatyana Zaslavskaya, Boris Grushin, Andrei Zdravomyslov e Vladimir Shubkin formavam uma rede flexível de sociólogos soviéticos que promoviam a honestidade, a liberdade de discussão e a abertura para o mundo. Vladimir Yadov levou adiante a tradição do grupo ao trabalhar sobre a metodologia das ciências sociais e sobre suas possibilidades de compreender a mudança social. Daí sua orientação para a sociologia militante e sua inclinação para esquemas multiparadigmáticos na hora de explicar transformações em curso.

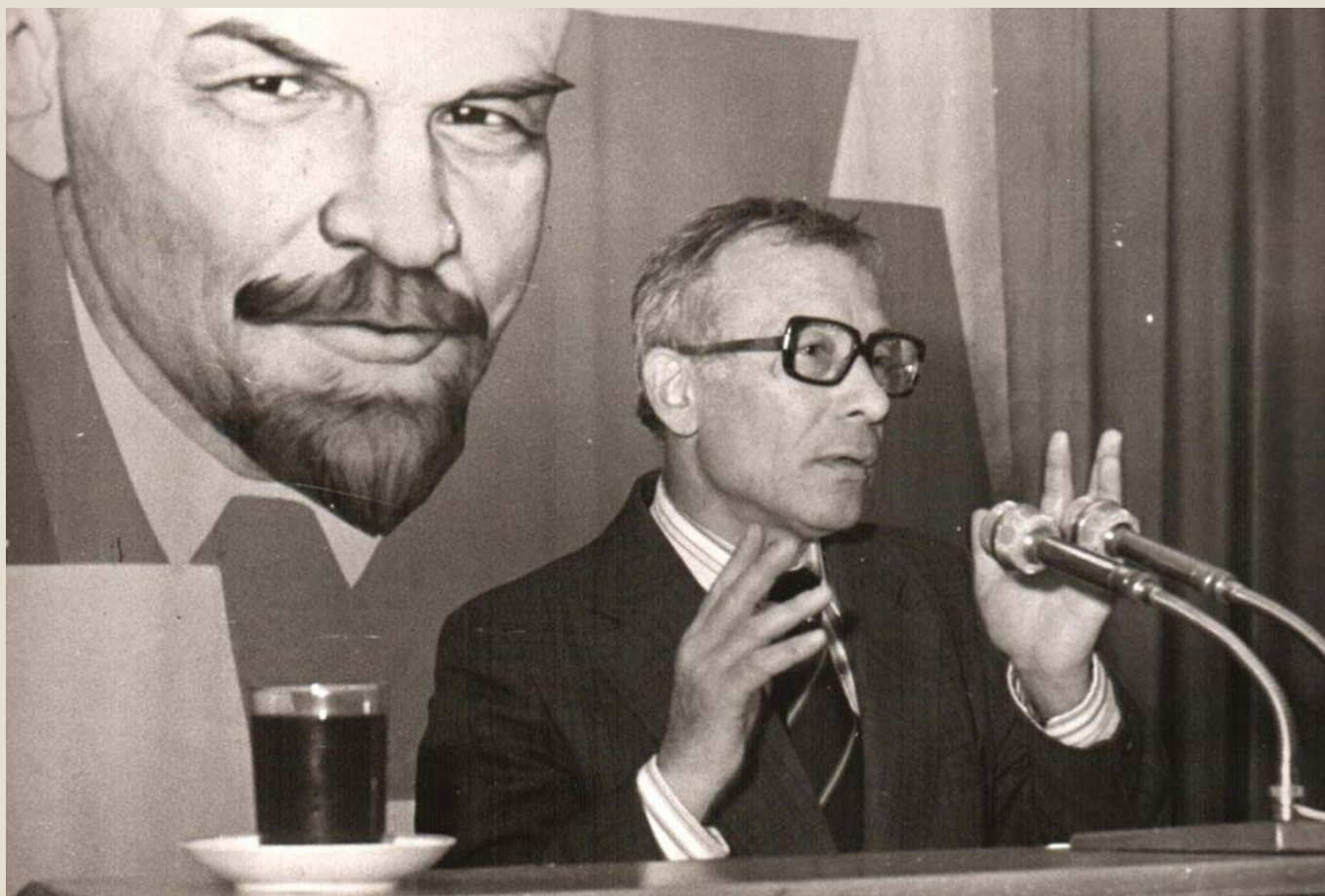
Em 1988, com a Perestroika, Yadov alcançou o posto de diretor do Instituto de Sociologia da Academia Russa de Ciências. Ele e seus amigos aproveitaram a oportunidade para transformar a sociologia em um ramo legítimo das ciências sociais, para abrir departamentos e escolas de sociologia e para mandar jovens pós-graduandos para o exterior para desenvolver suas habilidades e alcançar novas visões de sua própria sociedade.

Os anos pós-soviéticos frustraram muitas esperanças e expectativas, mas Yadov se manteve otimista até o fim. Até seus últimos dias, Yadov queria continuar trabalhando para a comunidade sociológica russa e internacional. Enfrentou sua debilitação e continuou a viajar, mantendo assim abertos os canais imprescindíveis para que a Rússia se tornasse parte da comunidade sociológica mundial. Deixou uma mensagem aos jovens: nós sociólogos devemos ser aqueles que buscam compreender e compartilhar nossa compreensão com os outros. Em 2 de julho de 2015, o professor Yadov faleceu. Aqueles que o conheceram guardarão na memória seu sorriso, suas ideias e sua inquestionável lealdade à sociologia, que ele fez tanto para promover. ■

Contato com Mikhail Chernysh
<mfche@yandex.ru>

> Acadêmico e humanista

Por **Andrei Alekseev**, São Petersburgo, Rússia



Yadov falando à sombra de Lenin.

Há seis anos, comemoramos o 80º aniversário de Vladimir Alexandrovich. Yadov faleceu aos 87 anos, na noite de 2 de julho de 2015. Pode-se dizer: “como resultado de uma doença longa e incurável”. No entanto, até o último minuto sua mente estava afiada como sempre e ele mesmo manteve sua capacidade de trabalhar.

Com Yadov, toda uma época em nossa disciplina chegou ao fim. Ele viveu mais tempo do que o resto de sua coorte. Os outros fundadores da so-

ciologia soviética/russa do pós-guerra - Grushin, Levada, Zaslavskaya, Zdravosloven, Shubkin - todos partiram antes dele. Eu li dezenas de obituários e comentários sobre a sua morte. Os obituários são preenchidos com os dados da sua carreira profissional e as provas de seu reconhecimento internacional (ainda que ele nunca tenha sido eleito para ser um Membro da Academia de Ciências da Rússia, devido a preconceitos políticos dessa instituição). A maioria dos relatos de lembranças individuais descrevem suas qualidades pessoais e contam histórias interessantes sobre sua vida.

>>

Essa é a maneira que provavelmente deve ser, considerando que suas contribuições acadêmicas e seu charme pessoal, talento acadêmico e carisma estão refletidos nessas homenagens. Yadov era um intelectual, com certeza, mas ele também pertencia à inteligência. Esses dois termos estão longe de ser sinônimos. No entanto, Yadov exemplificou a fusão de ambos.

Gostaria de destacar uma qualidade única de Yadov - ele era uma pessoa de mente aberta, com uma incrível capacidade de atravessar fronteiras. Por exemplo, em seu trabalho acadêmico e durante toda a sua vida acadêmica, Yadov se esforçou para reunir vários paradigmas teóricos. Yadov não era um marxista ortodoxo. Embora, na década de 1960, Yadov foi um defensor sincero de Materialismo Histórico como “uma teoria sociológica geral”, ele também defendeu a autonomia relativa das “teorias sociológicas específicas”. Yadov não era um devoto do positivismo, apesar de várias edições do seu livro, *Strategies of Sociological Research* [Estratégias da Pesquisa Sociológica] integrar exemplos de sociologia empírica em todo o mundo - exemplos que foram baseados principalmente em um paradigma positivista.

Yadov introduziu o termo “poli-paradigmático” no discurso da sociologia russa. Ele considerou que a escolha de um ou outro quadro dependia da

tarefa empírica à mão. Ele tinha uma ampla visão da sociologia. Ainda, seu *Predictions of the Social Behavior of Personality* [Previsões do Comportamento Social da Personalidade] pode ser considerado mais psicologia do que sociologia. Para Yadov, as paredes disciplinares simplesmente não existiam.

Yadov era um publicitário tão forte quanto um sociólogo acadêmico. Ele tinha habilidades incomparáveis na apresentação de materiais acadêmicos complexos ao público em uma linguagem de fácil compreensão, ao mesmo tempo, trazendo também uma nova corrente da “vida real” em suas apresentações acadêmicas. Yadov era muito tolerante com seus adversários acadêmicos e rivais teóricos. Ele era de “perdoar” e, no entanto, também usava todas as ocasiões para ridicularizá-los. Isso também se aplicava às autoridades e a si mesmo (ironia e auto-ironia). Embora Yadov nunca foi parte da oposição aberta ao regime, sua busca pela verdade científica, muitas vezes colocaram-no em uma posição de oposição.

Yadov era tolerante e generoso. Eu nunca perguntei a ele - e eu não acho que ele teria sido capaz de responder - quantos “afilhados” ele tinha (aqueles que escreveram teses sob sua orientação, ou aqueles para quem ele era um “oponente” em suas defesas de tese, ou aqueles a quem ele inspirou

a ser um pesquisador social). Meu palpite é que em sua longa vida acadêmica esse número ascendeu a várias centenas.

Lembro-me de um acontecimento dramático. O Conselho Científico, que Yadov presidiu, “de repente” rejeitou a tese de um jovem estudioso que expressou seus pensamentos em um estilo bastante difícil de entender, em uma linguagem “de pássaro”, como eles chamam. A rejeição foi realizada através de voto secreto sem que tenha havido qualquer crítica pública prévia. Como sempre, Yadov sugeriu uma surpreendente saída - ele escreveu um artigo interpretando os termos mais incompreensíveis do estudante em um estilo acadêmico convencional. Como resultado, ele salvou um jovem autor ambicioso e talentoso, bem como a reputação do Conselho Científico.

O calibre dos indivíduos é medido por sua influência tanto em seu círculo social imediato e no ambiente social distante, e, nesse caso particular, a sua influência se estendeu a toda uma disciplina. Yadov foi um pioneiro e um fundador. Aqueles que o seguiram não serão capazes de substituí-lo. Eles não têm escolha senão se lembrar dele com gratidão e, com o melhor de suas habilidades, tentar imitar sua abordagem para a ciência, para as pessoas e para o mundo. ■

Contato com Andrei Alekseev
<alexeev34@yandex.ru>

> Mentor, colega e amigo

Por **Tatyana Protasenko**, Instituto de Sociologia, Academia Russa de Ciências, São Petesburgo, Rússia



Yadov aproveitando a vida em dacha.

A primeira vez que vi Vladimir Alexandrovich Yadov foi durante uma reunião de departamento da Faculdade de Filosofia da Universidade Estatal de Leningrado, onde eu trabalhava como estenógrafa, além de ser estudante. Pelo que me lembro, foi no começo de 1965. Vladimir Yadov acabara de retornar de um período de estudos na Inglaterra e fazia uma apresentação para os professores. A apresentação era tão informal e divertida que, acostumada com as palestras monótonas e incompreensíveis de nossos filósofos, converti-me imediatamente à sociologia. Fiz a inscrição e fui aceita na Faculdade de Filosofia, na esperança de que pudesse no futuro cursar uma especialização em sociologia. Naquela época, o Materialismo Histórico reinava na disciplina.

Eu era orientanda de O. I. Skaratan, mas Yadov tornou-se um mentor, colega próximo, amigo e um exemplo a seguir. Mais tarde, se tornaria um chefe excelente, com quem era muito bom trabalhar.

Ele era um sociólogo abençoado por Deus. Um sociólogo público capaz de se comunicar facilmente com qualquer ser

humano – fosse ele um oficial de alta patente, até mesmo o presidente, ou a pessoa comum de nossas pesquisas. Nunca era arrogante e juntava-se sempre a seus colegas nas conferências e festas informais. Ele ia regularmente à fazenda estatal, Lensovetovski, oferecer sua contribuição ao trabalho coletivo, onde capinava e colhia couve-flor e nabos – algo que outros administradores raramente faziam. As trabalhadoras adoravam Yadov e aguardavam expectantes sua visita. O capataz orientava-o efusivamente: “*Ei, professor, por que colher vegetais de um só tipo? É preciso separar os nabos que são para as pessoas dos que vão para o gado*”. Yadov respondia instantaneamente com uma brincadeira e passava a levantar questões sobre as condições de trabalho, a vida e as famílias dos agricultores.

Atravessamos juntos os períodos mais difíceis e sombrios, mas ele conseguia manter a cabeça erguida. Não traía ninguém e ajudava muitos. Pode-se dizer até mesmo que ele salvou pessoas. Tive seu apoio em momentos muito difíceis da minha vida. Foi ele que me sugeriu assumir o posto de Secretária do Partido em nosso departamento de sociologia com o objetivo de monitorar a situação e nos defender de

>>

ataques. Afinal, o Partido Comunista era o espaço público mais abrangente capaz de abrigar polêmicas e debates sobre a sociologia.

Nunca paramos de fazer pesquisa, de realizar *surveys*, mas também adorávamos ler histórias de detetive. Yadov gostava do gênero porque acreditava que essas histórias desenvolviam o intelecto, o pensamento lógico e ofereciam conhecimento sobre a vida cotidiana. Quando Yadov foi demitido, ele e Ludmila Nikolaevna (sua esposa) me ligaram em busca de novos livros de detetive. Naquele tempo, minhas amigas mantinham bibliotecas privadas contendo traduções não autorizadas de histórias de detetive e novelas de autores estrangeiros famosos. Elas também tinham amigos e parentes no exterior, que contrabandeavam livros para a Rússia. Quem, como eu, conseguia datilografar rapidamente, fazia cópias à máquina de escrever. Ainda tenho cópias *samizdat* de novelas de detetive.

A música preferida de Yadov era *"We were buried somewhere around Narva"* ("Fomos enterrados em algum lugar perto de Narva"), de Alexander Galitch. Nós a cantávamos em quase todas as festas em que houvesse um violão ou um encontro entusiástico. Yadov sempre enfatizava alguns versos da música:

*If Russia is calling for her dead sons it means it is in trouble
However, we see that it was a mistake – and what a waste
In the fields where our battalion was slaughtered in 1943
for nothing
Today the hunting party enjoys the killing and huntsmen
blow their horns.*

Uma vez perguntei-lhe por que ele gostava dessa música em particular e ele respondeu que era porque a música falava sobre vítimas de sacrifícios sem sentido feitos em nome de um objetivo comum – algo que aconteceu em toda a

história russa, tanto em tempos de guerra como de paz.

Recordo que na celebração de 50 anos do Instituto de Pesquisa Socioeconômica nós o presenteamos com um barril de vinho. Ele ficou muito feliz e pediu que o levássemos para casa sentado no barril. *"Imagina"*, disse, *"a Ljuka [o nome de sua esposa] abre a porta e lá estou eu, na frente dela, sentado em cima do barril sem ninguém por perto"*. Esse era Yadov.

Também lembro de quando ele trouxe de Budapeste calças impermeáveis para meu filho de seis meses. Eram muito pequenas. Ele reclamou que eu dava comida demais para o menino. Entretanto, conseguiu trocar as calças por outras do tamanho certo pedindo a um de seus amigos. Esse era Yadov – muito humano, próximo, compreensivo e muito inteligente. Às vezes seu modo de pensar era incompreensível, capaz de fazer conexões impensáveis.

Minha última lembrança de Yadov, algo muito pessoal, é de dois anos atrás. Oleg Bozkov e eu o visitamos em sua casa na Estônia. Alexei Semenov, um dos alunos favoritos de Yadov e que já morava havia muito na Estônia, nos deu uma carona até lá. Na época, Semenov planejava concorrer a uma cadeira na câmara de Talinn. Ele e sua esposa Larisa cuidaram de Yadov do modo mais amável. Sinceramente, aqueles estão entre os dias mais felizes e radiantes da minha vida. Revirávamos nossas memórias enquanto contávamos piadas, bebendo martini e vinho tinto. Também discutimos o papel da sociologia hoje, o que os sociólogos deveriam fazer e como deveriam responder aos desafios do tempo presente, especialmente quando sufocados pelas autoridades. Todos nós o recordaremos por sua humanidade, por seu interesse inextinguível pela vida e por suas conjecturas, inferências e temas de pesquisa totalmente inusitados. ■

Contato com Tatyana Protasenko <tzprot@mail.ru>

> Memórias pessoais

Por **Valentina Uzunova**, Kunstkamera, Academia Russa de Ciências, São Petersburgo, Rússia



Yadov celebrando no Instituto.

Vladimir Alexandrovich Yadov uma vez deu um curso sobre “Pesquisa Sociológica Aplicada”, na Faculdade de Filosofia. Ele estava tão envolvido com sua palestra que, de repente, caiu do tablado. Descobriu-se que o quadro-negro era maior do que o palco em que ele estava se movendo ao escrever com o giz. Nós prendemos a respiração, mas Yadov estava de volta em pé imediatamente para prosseguir com a palestra e escrever no quadro. Ele não perdeu o ritmo. Quão diferente dos jovens professores de matemática que, temendo o mesmo acidente, permaneciam em um mesmo lugar, quando deveriam cobrir o quadro-negro com equações!

Vladimir Alexandrovich me fisgou na mosca para a Sociologia em 1967. Estávamos revisando as notas do estenógrafo para sua defesa de doutorado. Nem é necessário dizer que a apresentação foi um sucesso estrondoso. Um sentimento de expectativa enchia a grande sala da Faculdade de História, onde a arguição pública aconteceu, especialmente porque a rivalidade entre os grupos de defensores e de opositores do Yadov tornou-se mais intensa. Era difícil tomar anotações durante o evento, pois as pessoas gritavam comentários para o público. Sentia a agitação de Yadov - ele estava quase invisível atrás da alta tribuna. Pareceu-me que ele estava se esforçando para ler o texto pré-ensaiado de acordo com o protocolo, mas ele teria preferido convencer o público com oratória e polêmicas.

Em nítido contraste com sua propensão à disputa estava a meticulosa bolsa de estudos contida na pilha gigantesca de documentos e papéis que ele teve de submeter à VAK

(a Comissão Nacional de Acreditação). Enquanto nós trabalhávamos juntos sobre esses documentos maçantes, ele, de repente, perguntou-me o que eu pensava sobre a possibilidade de estudar na Faculdade de Filosofia. Ele acreditava que o futuro pertencia à sociologia e ser um sociólogo era o trabalho mais interessante, com muitas possibilidades. Eu confiei nele inteiramente e não me decepcionei com a minha escolha.

O que se segue é uma história a partir de 1970. Os *Sociólogos Komsomol de Leningrado* (membros da Liga da Juventude Comunista) não demonstraram o grau adequado de apoio ao parecer do Escritório do Partido Comunista sobre a emigração de dois de nossos colegas e amigos. Um deles havia se casado com uma estrangeira; outro tinha emigrado para acompanhar sua família. As opiniões registradas em nossa reunião não aprovaram a decisão indicada pelas recomendações oficiais. Nossa posição coletiva era que “a saída é um assunto privado e um indivíduo tem o direito de escolher o país para se viver”. A nossa solidariedade e abertura alarmou os órgãos governamentais que supervisionavam: “Eles falam muito abertamente, deve haver alguém que está por trás disso...” ricocheteava nas paredes dos escritórios. Consequências vieram depois. Os chefes finalmente determinaram a lista daqueles que foram responsáveis pelo cultivo de um espírito tão livre, aqueles que estavam por trás de nós. Nossos professores se tornaram párias: Vladimir Alexandrovich era o número um na lista. Este foi Yadov - nunca comprometendo seus valores fundamentais.

Contato com Valentina Uzunova <ymnesterov@gmail.com>

> Uma figura icônica

da sociologia soviética e pós-soviética

Por **Gevorg Poghosyan**, Diretor do Instituto de Filosofia, Sociologia e Direito da Academia Nacional Armênia de Ciências, presidente da Associação Sociológica Armênia e membro dos Comitês de Pesquisa sobre Migração (RC31) e Desastres (RC39) da ISA.

Existem cientistas cujos nomes estão associados à formação de uma escola de pensamento ou até mesmo de toda uma disciplina científica. O professor Yadov foi um desses – um pioneiro na era soviética, cujo trabalho acadêmico e cujos esforços de pesquisa formataram decisivamente a sociologia soviética. Desde os anos 1960, os trabalhos de Yadov exerceram influência formativa sobre várias gerações de sociólogos soviéticos e armênios. Suas três conhecidas monografias – *Man and his Work* (1967, em colaboração com A. G. Zdravomyslov e V. P. Rozhin), *Sociological Research: Methodology, Program, Methods* (1972) e *Self-regulation and Prediction of Social Behavior* (1979, de que foi co-autor) – tonaram-se livros de referência para os sociólogos soviéticos. Seus livros abriram o caminho da sociologia como disciplina acadêmica para muitos jovens estudantes.

Por causa de seus trabalhos canônicos, Yadov se transformou em um ícone vivo da sociologia soviética. Os poucos sociólogos armênios sortudos o bastante para terem travado contato, assistido suas aulas e palestras ou até mesmo debatido problemas de pesquisa com ele voltaram “infectados” – e assim permaneceram por um longo tempo, se não para sempre – por sua atitude frente a seu próprio trabalho e à sociologia. Ele estava sempre aberto para as outras pessoas, independente de idade, títulos acadêmicos, etnia ou posição ideológica. Sempre procurou mostrar respeito pelo ponto de vista de seu interlocutor, sem necessariamente tentar alcançar um acordo. Suas palavras foram marcantes: “O maior dos prazeres é o de conseguir entender algo novo e, em seguida, comunicá-lo aos outros”.

Quando trabalhava no Instituto de Problemas Sociais e Econômicos de Leningrado, Yadov conseguiu reunir e consolidar uma equipe criativa de sociólogos talentosos. Reinava uma atmosfera de pensamento livre e crítico, em agudo contraste com outras instituições soviéticas dedicadas ao estudo das humanidades e das ciências sociais. Todos os que experimentaram essa atmosfera especial foram rapidamente inspirados por seu espírito de livre questionamento e de pensamento criativo. Pelo menos aqui na Armênia,



Yadov palestrando em uma conferência.

permanecemos atentos para qualquer vento de mudança, por mais súbito que fosse, e para as ideias frescas que emanavam do laboratório de pesquisas de Yadov. Astuto e exigente, ele tinha um encanto especial que atraía jovens pesquisadores de todas as repúblicas da ex-União Soviética. Dedicado à academia, valorizava muito a criatividade e a originalidade deles e mantinha uma postura crítica em relação à ortodoxia.

Talvez mesmo sem se dar conta, Yadov estabeleceu e logo se tornou pilar central de uma academia imensa e invisível, uma comunidade virtual, ou até mesmo uma espécie de “irmandade espiritual”, definida por uma visão de mundo semelhante. Sobretudo em seus últimos anos de vida, ele acreditou que os sociólogos deveriam lutar para influenciar “o movimento dos planetas sociais”, como formulou em uma de suas últimas entrevistas, a Boris Dotorov. Yadov, cujos trabalhos assentaram as fundações para a formação e o desenvolvimento de um novo campo de estudos científicos, insistia: “Se nós sociólogos nos limitarmos a escrever livros, não cumprimos nosso dever cívico”. Essa ideia pode ser considerada o “último testamento” acadêmico de Yadov. Nós, os sociólogos armênios, sentiremos muito a sua falta. ■

Contato com Gevorg Poghosyan <gevorg@sci.am>